

Resultados de 2018



Empresa Luz e Força
Santa Maria
S/A

**Relatório da Administração e
Demonstrações Contábeis Regulatórias
de 2018**

Avenida Angelo Giuberti, 385

Esplanada - Colatina/ES

CEP: 29702-712

Tel: (27) 2101-2323

Resultados de 2018

Conteúdo

Relatório da Administração regulatório	03 – 13
Balanço patrimonial regulatório	14 – 15
Demonstração do resultado regulatório	16
Demonstração dos fluxos de caixa regulatório	17
Demonstração das mutações do patrimônio líquido regulatório	18
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias	19 – 66
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias	67 – 70

Relatório da Administração Regulatório

Senhoras e Senhores Acionistas,

Apresentamos a seguir, relatório das principais atividades do exercício 2018, em conjunto com as Demonstrações Contábeis Regulatórias elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira e com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, os quais consideramos importantes para divulgar o desempenho da Empresa Luz e Força Santa Maria S/A (“Santa Maria” ou “Companhia”) para a sociedade, parceiros, colaboradores e consumidores.

1. Considerações gerais

A Santa Maria está presente em 11 municípios da região noroeste do Estado do Espírito Santo, atendendo a mais de 111 mil consumidores.

Em 2018, a Companhia foi reconhecida por possuir a melhor estrutura de atendimento aos consumidores e os melhores desempenhos de tratamento de reclamações, obtendo o 1º lugar e sagrando-se vencedora do Prêmio ANEEL de Ouvidoria em sua categoria.

2. Investimentos

A Santa Maria investiu ao longo do ano de 2018, recursos da ordem de R\$ 13 milhões (R\$ 5,7 milhões em 2017), já deduzidos os recursos recebidos na forma de participação financeira de clientes pessoas físicas, jurídicas, união, estado e municípios (obrigações especiais). A seguir é apresentado um resumo desses investimentos:

Descrição do ativo	2018	2017	Variação (R\$ mil)	Variação (%)
Linhas e redes de distribuição	10.278	4.611	5.667	122,90
Subestações	127	89	38	42,70
Sistema de medição	1.443	978	465	47,55
Veículos	1.880	933	947	101,50
Outros ativos	679	118	561	475,42
Investimento bruto	14.407	6.729	7.678	114,10
(-) Obrigações especiais	(1.340)	(935)	(405)	43,32
Investimento líquido	13.067	5.794	7.273	125,53

Entre as realizações em 2018, destacaram-se a construção de duas novas linhas de distribuição de 69 kV, ligando a subestação Henrique Nunes Coutinho às subestações São Silvano e Duas Vendinhas, com o objetivo de garantir a qualidade do fornecimento de energia elétrica em função do crescimento da demanda.

Resultados de 2018

O quadro a seguir apresenta a evolução dos principais ativos operacionais da Companhia:

Descrição	2018	2017	Variação %
Subestações			
Quantidade	12	12	0,0
Potência instalada de transformadores (MVA)	661	661	0,0
Redes de distribuição próprias (Km)	7.949	7.882	0,9
AT (maior ou igual a 69 KV)	104	103	1,0
MT (entre 1 e menor a 69 KV)	7.100	7.050	0,7
BT (menor que 1 KV)	745	729	2,2
Transformadores de distribuição próprios (Quantidade)	16.009	15.707	1,9
Urbano	1.291	1.257	2,7
Rural	14.718	14.450	1,9
Potência instalada na distribuição própria (MVA)	358	346	3,5
Urbano	99	95	4,2
Rural	259	251	3,2
Postes em redes de distribuição (Quantidade)	86.153	84.985	1,4
Urbano	23.081	22.600	2,1
Rural	63.072	62.385	1,1

3. Desempenho econômico-financeiro

3.1 Destaques

Apresentamos, a seguir, os principais indicadores da Santa Maria:

Indicadores financeiros	Unidade	2018	2017	Variação
Ativo total	R\$ mil	294.664	284.330	3,63%
Caixa e equivalentes de caixa	R\$ mil	11.953	25.095	-52,37%
Patrimônio líquido	R\$ mil	136.645	129.121	5,83%
Dívida bruta	R\$ mil	23.056	12.159	89,62%
Dívida líquida	R\$ mil	11.103	(12.936)	-185,83%
Indicadores de resultados	Unidade	2018	2017	Variação
Receita operacional bruta	R\$ mil	396.377	340.806	16,31%
Receita operacional líquida	R\$ mil	250.752	214.544	16,88%
Custos gerenciáveis	R\$ mil	54.964	51.617	6,48%
Custos não gerenciáveis	R\$ mil	168.966	139.974	20,71%
EBIT	R\$ mil	23.418	20.073	16,66%
EBITDA	R\$ mil	33.796	30.342	11,38%
Resultado financeiro	R\$ mil	(1.377)	(4.265)	-67,71%
Lucro líquido	R\$ mil	23.675	18.912	25,19%
Indicadores relativos	Unidade	2018	2017	Variação
Margem EBIT	%	9,34	9,36	-0,18%
Margem EBITDA	%	13,48	14,14	-4,70%
Margem líquida	%	9,44	8,81	7,11%
Dívida bruta / EBITDA	%	68,22	40,07	70,24%
Dívida líquida / EBITDA	%	32,85	(42,63)	-177,06%
Dívida líquida / Patrimônio líquido	%	8,13	(10,02)	-181,10%

Resultados de 2018

3.2 Receita operacional bruta e líquida

A receita operacional bruta da Companhia totalizou R\$ 396,3 milhões em 2018, contra R\$ 340,8 milhões em 2017, um aumento de R\$ 55,5 milhões (16,3%). A receita operacional líquida cresceu R\$ 36,2 milhões (16,8%) em 2018, fechando em R\$ 250,7 milhões, contra R\$ 214,5 milhões em 2017. A seguir apresentamos as receitas operacionais da Santa Maria em 31 de dezembro de 2018 e 2017:

Descrição	2018	2017	Variação R\$ mil	Variação %
Fornecimento de energia elétrica e TUSD	319.606	273.610	45.996	16,81
Ativos e passivos financeiros setoriais	19.522	6.924	12.598	181,95
Energia de curto prazo – CCEE	7.807	14.762	(6.955)	-47,11
Outras receitas operacionais	49.442	45.510	3.932	8,64
Receita operacional bruta	396.377	340.806	55.571	16,31
(-) Deduções à receita operacional	(145.625)	(126.262)	(19.363)	15,34
Receita operacional líquida	250.752	214.544	36.208	16,88

Dentre os fatores que impactaram a receita, se destacam: (i) acréscimo de R\$ 45,9 milhões da receita de fornecimento de energia elétrica e TUSD, decorrente do aumento dos custos da Parcela A e do efeito dos itens financeiros, que levaram a um reajuste total médio das tarifas no processo tarifário de 2018 da ordem de 14,32%; e (ii) aumento de R\$ 12,5 milhões da receita com ativos e passivos financeiros setoriais, decorrente das diferenças entre os custos efetivos incorridos e aqueles previstos na cobertura tarifária.

3.3 Gastos operacionais

Os gastos gerenciáveis totalizaram R\$ 54,9 milhões em 2018, representando um aumento de R\$ 3,3 milhões (6,4%) em relação a 2017, quando o montante registrado foi de R\$ 51,6 milhões. Os gastos não gerenciáveis cresceram R\$ 28,9 milhões (20,7%) em relação a 2017, fechando em R\$ 168,9 milhões contra R\$ 139,9 milhões. A composição dos gastos operacionais da Santa Maria pode ser assim demonstrada:

Descrição	2018	2017	Variação R\$ mil	Variação %
Gerenciáveis	54.964	51.617	3.347	6,48
Pessoal e administradores	26.162	25.371	791	3,12
Material	3.007	2.840	167	5,88
Serviços de terceiros	8.270	7.733	537	6,94
Arrendamentos e aluguéis	1.178	1.171	7	0,60
Seguros	567	601	(34)	-5,66
Doações, contribuições e subvenções	33	87	(54)	-62,07
Provisões	819	150	669	446,00
Perdas na alienação de bens e direitos	73	22	51	231,82
(-) Recuperação de despesas	(522)	(383)	(139)	36,29
Tributos	731	1.457	(726)	-49,83
Depreciação e amortização	10.378	10.269	109	1,06
Gastos diversos	4.891	4.448	443	9,96
Outras receitas operacionais	(2.018)	(2.806)	788	-28,08
Outras despesas operacionais	1.395	657	738	112,33
Não gerenciáveis	168.966	139.974	28.992	20,71
Energia elétrica comprada para revenda	136.806	118.678	18.128	15,27
Encargos de transmissão, conexão e distribuição	32.160	21.296	10.864	51,01

Resultados de 2018

3.4 Lucro líquido, geração de caixa e dividendos

Em 2018, a Santa Maria registrou lucro líquido de R\$ 23,6 milhões, contra R\$ 18,9 milhões registrado no ano anterior, aumento de 25,1%. A geração operacional de caixa (EBITDA) atingiu R\$ 33,7 milhões em 2018, contra R\$ 30,3 milhões apurados em 2017, crescimento de 11,3%. A evolução do lucro líquido e da geração de caixa da Companhia é a seguinte:

Descrição	2017	2017	Variação R\$ mil	Variação %
Lucro líquido do exercício	23.675	18.912	4.763	25,19
(-) Reversão JCP	(7.314)	(7.276)	(38)	0,52
(+) Impostos	5.680	4.172	1.508	36,15
(+) Resultado financeiro	1.377	4.265	(2.888)	(67,71)
(+) Depreciação e amortização	10.378	10.269	109	1,06
(=) EBITDA	33.796	30.342	3.454	11,38

Com base nos resultados alcançados em 2018, a Administração da Santa Maria irá propor à Assembleia Geral a distribuição de dividendos no valor de R\$ 6,3 milhões (R\$ 1,17 por ação ordinária e R\$ 1,69 por ação preferencial) e juros sobre o capital próprio no valor de R\$ 7,3 milhões (R\$ 1,54 por ação).

4. Desempenho Operacional

4.1 Evolução do número de consumidores

A Santa Maria registrou 111.783 consumidores ativos em 31 de dezembro 2018, representando um crescimento de 1,56% em relação a 31 de dezembro 2017.

Classe de consumo	2018	2017	2016	2015	2014
Residencial	68.956	67.301	66.243	64.996	63.663
Rural	31.655	31.217	30.551	29.907	28.484
Comercial, serviços e outros	8.710	8.389	8.236	8.124	8.114
Industrial	1.286	1.986	1.949	1.888	1.839
Demais classes	1.176	1.175	1.131	1.121	1.204
Total	111.783	110.068	108.110	106.036	103.304
Variação	1,56%	1,81%	1,96%	2,64%	3,25%

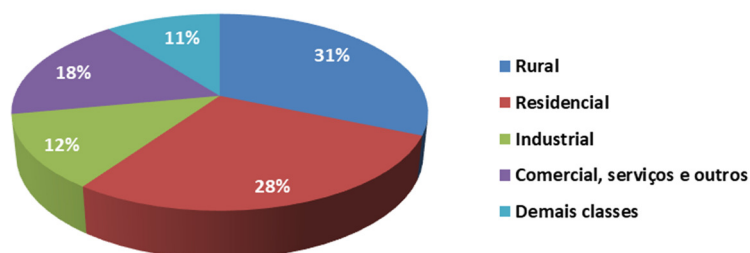
4.2 Mercado de distribuição da Santa Maria

Em 2018, a venda de energia elétrica a consumidores finais (mercado cativo), localizados na área de concessão da Santa Maria, totalizou 470,045 GWh, redução de 2,5% em relação a 2017. O desempenho negativo em 2018 é explicado pela queda de 27% no consumo da classe industrial, motivada pela migração de mais 4 grandes consumidores do mercado cativo para o Ambiente de Contratação Livre – ACL. A Companhia encerrou 2018 com 11 consumidores livres (7 em 2017). O comportamento do mercado em GWh, por classe de consumo, é apresentado como segue:

Resultados de 2018

Classe de consumo	2018	2017	2016	2015	2014	Variação 2018/2017 em %
Rural	147,396	147,408	167,380	198,699	165,992	-0,01
Residencial	133,459	129,072	132,740	130,203	125,772	3,40
Industrial	57,777	79,219	90,319	97,091	99,409	-27,07
Comercial, serviços e outros	81,979	78,895	83,362	87,249	86,399	3,91
Iluminação pública	21,803	20,798	19,946	18,881	17,885	4,83
Poder público	14,920	14,210	15,563	16,338	15,756	5,00
Serviço público	12,001	11,805	11,821	11,781	12,521	1,66
Consumo próprio	0,710	0,684	0,779	0,791	0,788	3,80
Total	470,045	482,091	521,910	561,033	524,522	-2,50
Variação	-2,50 %	-7,63 %	-6,97 %	6,96 %	5,52 %	

O gráfico a seguir apresenta a participação das classes de consumo em relação ao mercado total da Companhia:



4.3 Perdas

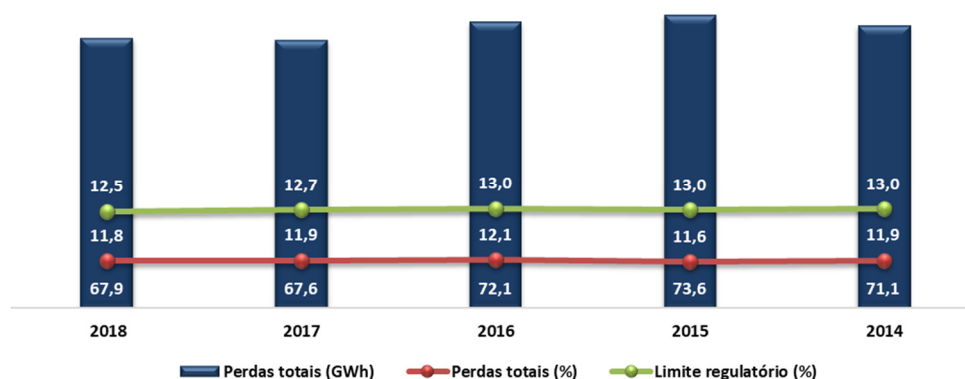
A Santa Maria intensifica a cada ano o combate ao furto e à fraude, além de trabalhar firmemente no propósito de aperfeiçoar cada vez mais a fiscalização das ligações em suas unidades consumidoras e aumentar a produtividade das equipes. Em 2018, as perdas totais de energia elétrica da Companhia situaram em 67,9 GWh, ou 11,8%, contra 67,6 GWh, ou 11,9%, em 2017. O comportamento das perdas é apresentado como segue:

Perdas técnicas (%)		Perdas não técnicas (%)		Perdas na rede básica (%)		Perdas totais (%)		Limite Aneel (%)
2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	
8,59	8,58	0,91	0,99	2,31	2,35	11,81	11,92	12,49

Perdas técnicas (GWh)		Perdas não técnicas (GWh)		Perdas na rede básica (GWh)		Perdas totais (GWh)	
2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017
49,355	48,588	5,205	5,621	13,310	13,347	67,870	67,556

O gráfico a seguir apresenta a evolução das perdas totais de energia elétrica da Santa Maria nos últimos 5 anos:

Resultados de 2018



4.4 Indicadores de qualidade dos serviços – DEC e FEC

Os indicadores de desempenho da qualidade do serviço da Santa Maria se mantiveram dentro dos padrões de excelência nacional, em decorrência, principalmente, dos investimentos realizados pela Companhia e das ações de manutenção preventiva realizadas periodicamente nas instalações do sistema de distribuição de energia elétrica.

O indicador DEC – Duração Equivalente de Interrupções apresentou piora em relação a 2017, com aumento de 0,76 pontos percentuais, enquanto o FEC – Frequência Equivalente de Interrupções por Cliente registrou melhora com redução de 0,71 pontos percentuais em relação ao ano anterior.

Ambos os indicadores permaneceram em total conformidade com os padrões estabelecidos pela ANEEL, conforme tabela a seguir:

Indicadores	Unidade	Parâmetros	2018	2017	2016	2015	2014
DEC	Horas	Real	7,55	6,79	7,21	7,89	10,38
		Meta ANEEL (máximo)	12,18	12,18	12,17	12,53	12,74
FEC	Número de interrupções	Real	4,71	5,42	5,05	5,95	7,24
		Meta ANEEL (máximo)	9,38	9,38	9,77	10,12	10,61

4.5 Balanço energético

O balanço energético retrata a energia contratada para atendimento ao mercado da Companhia e as perdas na distribuição e na rede básica, sendo o saldo ajustado no mercado de curto prazo. A compra de energia em 2018 foi de 564,185 GWh. Desse montante, os contratos bilaterais representaram 70%, os contratos de energia base 18% e os demais contratos 12%. O balanço energético da Santa Maria, em GWh, está apresentado como segue:

Resultados de 2018

Energia requerida	Balanco energético - GWh				
	2018	2017	2016	2015	2014
Venda de energia	470,045	482,091	521,910	561,033	524,522
- Fornecimento	470,045	482,091	521,910	561,033	524,522
- Suprimento para agentes de distribuição	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
Consumidores livres	36,881	16,471	3,960	0,000	0,000
Consumidores rede básica	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
Mercado atendido	506,926	498,562	525,870	561,033	524,522
Perdas na rede básica	13,310	13,347	14,151	0,000	0,000
Perdas na distribuição	54,560	54,209	57,909	73,605	71,110
- Perdas técnicas	49,355	48,588	50,463	54,262	50,926
- Perdas não técnicas - PNT	5,205	5,621	7,446	19,343	20,184
PNT / Energia requerida %	0,91%	0,99%	1,25%	3,05%	3,39%
Perdas totais - PT	67,870	67,556	72,060	73,605	71,110
PT / Energia requerida %	11,81%	11,93%	12,05%	11,60%	11,94%
Total	574,796	566,118	597,930	634,638	595,632

5. Estrutura de capital

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo de caixa e equivalentes de caixa da Companhia totalizou R\$ 11,9 milhões. Por sua vez, a dívida líquida, que engloba os empréstimos e financiamentos, passou de R\$ 12,9 milhões negativa em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 11,1 milhões positiva em 31 de dezembro de 2018. Consequentemente, a relação entre a dívida líquida e o EBITDA ao fim de 2018 foi de 0,3 vezes. A seguir, as dívidas de curto e longo prazo da Companhia em 31 de dezembro de 2018 e 2017:

Descrição	2018	2017	Variação %
Circulante			
Empréstimos e financiamentos	17.157	3.243	429,05
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	5.899	8.916	(33,84)
Dívida bruta	23.056	12.159	89,62
Caixa e equivalentes de caixa	(11.953)	(25.095)	(52,37)
Dívida líquida	11.103	(12.936)	(185,83)
Dívida líquida / EBITDA (vezes)	0,32	(0,42)	(176,25)

6. Ambiente regulatório

6.1 Mecanismo de venda de excedentes de energia - MVE

Em 10 de julho de 2018, a ANEEL aprovou os critérios para processamento do MVE, assunto debatido por meio da Audiência Pública nº 70/2017 e regulamentado através da Resolução Normativa 824/2018, da mesma data. Esta ação é fruto da Lei nº 13.360/2016 (que alterou a Lei nº 9.074/1995), que permitiu às distribuidoras venderem ao mercado livre energia lastreada pelo excesso de contratação para atendimento à totalidade do mercado.

Resultados de 2018

No dia 31 de outubro de 2018, foi publicado pela ANEEL o aviso de Audiência Pública nº 49/2018, que trata das regras de comercialização de energia elétrica para atendimento à Resolução Normativa nº 824/2018, referente ao MVE, cujo resultado foi disponibilizado através da Nota Técnica nº 191/2018 – SEM/ANEEL de 23 de novembro de 2018. No dia 04 de dezembro de 2018 as regras foram regulamentadas pela ANEEL através da Resolução Normativa nº 833/2018, sendo alterados os cadernos das Regras de Comercialização.

A primeira declaração no MVE, referente ao produto de três meses, ocorreu no dia 26 de dezembro de 2018, sem participação da Santa Maria.

6.2 Abertura do mercado

A portaria do Ministério de Minas e Energia nº 514, de 27 de dezembro de 2018, regulamenta o disposto no art. 15, § 3º, da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, com o objetivo de diminuir os limites de carga para contratação de energia elétrica por parte dos consumidores. Em síntese, a partir de 1º de julho de 2019, os consumidores com carga igual ou superior a 2,5 MW, atendidos em qualquer tensão, poderão optar pela compra de energia elétrica de qualquer concessionário, permissionário ou autorizado de energia elétrica do Sistema Interligado Nacional (“SIN”). No início de 2020 esse limite cai para 2,0 MW.

6.3 Eliminação de subsídios nas classes rural e serviço público

A Presidência da República e o Ministério de Minas e Energia assinaram Decreto que elimina subsídios nas contas de luz considerados estranhos ao setor elétrico. Os descontos dados na energia elétrica consumida pelas classes rural e serviço público de água, esgoto e saneamento são pagos por todos os consumidores de energia elétrica por meio da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), mesmo não apresentando benefícios diretos ao setor elétrico. O objetivo do Decreto é reduzir esses descontos em uma transição de cinco anos para eliminação total. A partir de janeiro de 2019 serão reduzidos em 20% ao ano até a sua extinção.

6.4 Tarifas

As tarifas da Santa Maria foram reajustadas, em média, em 14,32%, dos quais 9,87% correspondem ao reajuste tarifário econômico e 4,45% aos componentes financeiros pertinentes. As novas tarifas, homologadas pela ANEEL por meio da Resolução Homologatória nº 2.435, de 13 de agosto de 2018, entraram em vigor a partir do dia 22 de agosto de 2018, com vigência até 21 de agosto de 2019.

7. Gestão de pessoas

7.1 Empregados

Na área de recursos humanos, a Santa Maria atua para fortalecer a gestão por resultados, sustentada na busca por um ambiente de trabalho ético, justo e responsável, que proporcione qualidade de vida e satisfação aos empregados, garantindo condições de desempenho, desenvolvimento e reconhecimento.

Resultados de 2018

Ao final de 2018, a Companhia contava com 294 colaboradores próprios e 60 terceirizados. Dos colaboradores próprios (265 homens e 29 mulheres), 18% possuíam ensino superior completo, 5% ensino técnico, 43% ensino médio e 34% ensino fundamental. Ao longo do ano foram registradas 44 admissões e 40 desligamentos.

No decorrer do último ano foram capacitados 227 colaboradores, num total de 14 horas/homem de treinamento, em temas voltados para a saúde e segurança do trabalho e para o atendimento aos clientes.

Adicionalmente, a Santa Maria também garante aos seus colaboradores o direito de livre associação, e negocia e firma acordos coletivos de trabalho com o sindicato que os representa. Esses acordos incluem o reajuste salarial anual, atualizações do plano de benefícios, entre outros temas.

7.2 Saúde e segurança do trabalho

A saúde e segurança do trabalho é uma prioridade para a Santa Maria. Além de atender a toda legislação vigente, e orientar e treinar seus colaboradores por meio de campanhas e ações específicas, a Companhia promove anualmente a Semana Interna de Prevenção de Acidentes – SIPAT. Em 2018, foram promovidas várias palestras motivacionais e sobre (i) alimentação mais saudável; (ii) saúde do homem; (iii) cuidados com os veículos; e (iv) gerenciamento de resíduos.

Além disso, foram promovidas palestras técnicas sobre “Segurança do Trabalho no SEP – Sistema Elétrico de Potência” e “Conscientização do Uso de EPI’s e EPC’s”. Os temas foram voltados aos procedimentos de segurança do trabalho e regras básicas para o eletricitista de distribuição na execução das atividades em redes aéreas de distribuição de energia elétrica, bem como para a importância da utilização dos equipamentos de proteção individual e coletivo durante os trabalhos realizados no SEP.

A Companhia também se fez representar no “10º SENSE – Seminário Nacional de Segurança e Saúde no Setor Elétrico Brasileiro”, promovido pela Fundação COGE.

Adicionalmente, no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia patrocinou uma campanha de vacinação contra a gripe (“H1N1”), imunizando mais de 250 colaboradores, além de ter oferecido tratamento dentário por meio da Unidade Móvel Odontológica (“UMO”) do SESI a todos os colaboradores que procuraram atendimento.

8. Responsabilidade socioambiental

Ciente de sua responsabilidade e da importância do seu papel social nas comunidades onde está inserida, a Santa Maria apoia e desenvolve projetos que promovam educação, cultura, esporte, geração de renda, empreendedorismo, melhoria ambiental e desenvolvimento econômico e social.

Entre as principais ações realizadas no último ano, destacam-se:

Eficiência energética

Foi iniciado o projeto de eficiência energética intitulado “Santa Maria Ilumina”, por meio do qual é prevista a substituição de cerca de 2.800 lâmpadas e luminárias de iluminação pública convencionais por luminárias com tecnologia LED, cuja substituição ocorrerá em alguns logradouros selecionados de cada um dos 11 municípios que compõem a área de concessão da

Resultados de 2018

Companhia, sendo o critério de seleção dos pontos de iluminação eminentemente técnico. Prevê-se um investimento total em torno de R\$ 3,8 milhões, sendo esperada uma economia de energia de 1.494 MWh/ano, e uma redução de demanda na ponta de 341,2 kW, com uma relação custo-benefício - RCB de 0,79.

Patrocínios e apoios

- Montagem da tradicional árvore de Natal no município de Colatina, que completou 16 anos ininterruptos em 2018.
- Patrocínio para diversos eventos educativos, culturais e esportivos.
- Doações para diversas entidades beneficentes, e para o Fundo da Infância e Adolescência.
- Realização do workshop “Mercado de Energia: Tendências para o Agronegócio”, com a participação de representantes da classe rural, incluindo associações, sindicatos, cooperativas, secretarias municipais de agricultura, instituições financeiras e o Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural - Incaper.

Iniciativas ambientais

- Patrocínio ao evento “Plantar é Viver” em comemoração ao “Dia da Árvore”.
- Recuperação ambiental em uma área de 28.789 m² localizada no município de Colatina, com o plantio de centenas de mudas de árvores nativas da Mata Atlântica.

Iniciativas relacionadas à ética

A Santa Maria conduz as atividades e relações com seus *stakeholders* apoiada em códigos e políticas corporativos que expressam os valores e a cultura organizacional da Companhia. Assim, compartilha com seus diferentes públicos os princípios e procedimentos contidos nesses dispositivos, em uma interação que gera capital social e de relacionamento. Os documentos disponíveis no website são descritos a seguir:

- **Código de ética:** conjunto de princípios a ser seguido por todos que direta ou indiretamente se envolvem em ações de responsabilidade da Companhia. Um Comitê de Ética integrado por representantes de diversas áreas tem como responsabilidade promover o cumprimento e aprimoramento do documento.
- **Manual do colaborador:** conjunto de direitos e deveres dentro da Companhia, reforçando os comportamentos, condutas e políticas que são considerados adequados ao desempenho das atividades profissionais.

9. Auditores independentes

Em conformidade com a Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, a Empresa Luz e Força Santa Maria S/A esclarece que a empresa Baker Tilly Brasil – ES Auditores Independentes, no exercício de 2018, prestou a essa Companhia, exclusivamente, serviços de auditoria. A Administração da Santa Maria entende e declara que esses serviços foram prestados em atendimento às normas de independência que regeu os trabalhos de auditoria.

A Administração.

Demonstrações Contábeis Regulatórias**1. Balanço patrimonial regulatório – Ativo**

Empresa Luz e Força Santa Maria S/A
CNPJ nº 27.485.069/0001-09

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Ativo			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	11.953	25.095
Consumidores	6	38.249	33.517
Concessionárias e permissionárias	7	371	-
Tributos compensáveis	8	515	2.215
Almoxarifado operacional	9	1.251	1.247
Ativos financeiros setoriais	10	25.772	6.414
Despesas pagas antecipadamente	34	302	347
Outros ativos circulantes	11	4.403	522
Total do ativo circulante		82.816	69.357
Ativo não circulante			
Tributos compensáveis	8	542	554
Depósitos judiciais e cauções	28	99	121
Outros ativos não circulantes	11	1.365	1.057
Imobilizado	12	209.151	212.464
Intangível	13	691	777
Total do ativo não circulante		211.848	214.973
Total do ativo		294.664	284.330

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Resultados de 2018

2. Balanço patrimonial regulatório – Passivo

Empresa Luz e Força Santa Maria S/A
CNPJ nº 27.485.069/0001-09

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Passivo			
Passivo circulante			
Fornecedores	14	19.372	15.739
Empréstimos, financiamentos e debêntures	15	17.157	3.243
Obrigações sociais e trabalhistas	16	6.298	4.918
Tributos	17	10.056	9.448
Dividendos declarados e juros sobre o capital próprio	18	12.581	9.728
Encargos setoriais	19	6.335	6.249
Outros passivos circulantes	20	1.636	11.863
Total do passivo circulante		73.435	61.188
Passivo não circulante			
Empréstimos, financiamentos e debêntures	15	5.899	8.916
Tributos	17	14.878	19.218
Outros passivos não circulantes	20	555	523
Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica	21	63.252	65.364
Total do passivo não circulante		84.584	94.021
Total do passivo		158.019	155.209
Patrimônio líquido			
Capital social	22.1	100.000	100.000
Reservas de lucro	22.2	21.436	10.994
Outros resultados abrangentes	22.3	15.209	18.127
Total do patrimônio líquido		136.645	129.121
Total do passivo e do patrimônio líquido		294.664	284.330

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

3. Demonstração do resultado regulatório

Empresa Luz e Força Santa Maria S/A
CNPJ nº 27.485.069/0001-09

Demonstração do resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u> <u>Reclassificado</u>
Operações em continuidade			
Receita / Ingresso			
Fornecimento de energia elétrica		175.073	144.181
Energia elétrica de curto prazo		7.807	14.762
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição		144.533	129.429
Ativos e passivos financeiros setoriais		19.522	6.924
Serviços cobráveis		507	488
Doações, contribuições e subvenções vinculadas ao serviço concedido		48.935	45.022
Total da receita bruta		396.377	340.806
Tributos			
ICMS		(69.524)	(59.739)
PIS-PASEP		(6.732)	(5.631)
Cofins		(31.008)	(25.950)
Total dos tributos		(107.264)	(91.320)
Encargos - Parcela "A"			
Pesquisa e desenvolvimento - P&D		(1.254)	(1.073)
Programa de eficiência energética - PEE		(1.254)	(1.073)
Conta de desenvolvimento energético - CDE		(31.324)	(25.588)
Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica – TFSEE		(318)	(346)
Outros encargos		(4.211)	(6.862)
Total dos encargos - Parcela "A"		(38.361)	(34.942)
Receita líquida / Ingresso líquido	23	250.752	214.544
Custos não gerenciáveis - Parcela "A"			
Energia elétrica comprada para revenda		(136.806)	(118.678)
Encargos de transmissão, conexão e distribuição		(32.160)	(21.296)
Total dos custos não gerenciáveis - Parcela "A"	24	(168.966)	(139.974)
Resultado antes dos custos gerenciáveis		81.786	74.570
Custos gerenciáveis - Parcela "B"			
Pessoal e administradores		(26.162)	(25.371)
Material		(3.007)	(2.840)
Serviços de terceiros		(8.270)	(7.733)
Arrendamentos e aluguéis		(1.178)	(1.171)
Seguros		(567)	(601)
Doações, contribuições e subvenções		(33)	(87)
Provisões		(819)	(150)
Perdas na alienação de bens e direitos		(73)	(22)
(-) Recuperação de despesas		522	383
Tributos		(731)	(1.457)
Depreciação e amortização		(10.378)	(10.269)
Gastos diversos		(4.891)	(4.448)
Outras receitas operacionais		2.018	2.806
Outras despesas operacionais		(1.395)	(657)
Total dos custos gerenciáveis - Parcela "B"	25	(54.964)	(51.617)
Resultado da atividade		26.822	22.953
Resultado financeiro			
Despesas financeiras		(10.792)	(13.563)
Receitas financeiras		9.415	9.298
Total do resultado financeiro	26	(1.377)	(4.265)
Resultado antes dos impostos sobre o lucro		25.445	18.688
Imposto de renda	27	(3.512)	(2.616)
Contribuição social	27	(2.168)	(1.556)
Participações e contribuições	16.1	(3.404)	(2.880)
Reversão dos juros sobre o capital próprio	18	7.314	7.276
Resultado líquido do exercício		23.675	18.912

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

4. Demonstração do fluxo de caixa regulatório

Empresa Luz e Força Santa Maria S/A
CNPJ nº 27.485.069/0001-09

Demonstração do fluxo de caixa dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro do exercício antes dos impostos		25.445	18.688
Ajustes das receitas/despesas que não afetam o caixa			
Perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa		819	150
Depreciação e Amortização	25	14.618	14.543
Amortização das obrigações vinculadas a concessão	25	(3.692)	(3.602)
Atualização monetária de ativos e passivos financeiros setoriais	26	(1.563)	11
Atualização monetária dos programas de P&D e EE	26	251	288
Encargos sobre operação de mútuo	26	96	-
Resultado com derivativos - Swap	26	109	-
		36.083	30.078
(Aumento) diminuição de ativos operacionais			
Contas a receber de clientes e outros	6	(5.354)	(6.138)
Concessionárias e permissionárias	7	(371)	1.213
Tributos compensáveis	8	1.712	417
Amoxarifado operacional	9	(4)	(174)
Despesas pagas antecipadamente	34	45	(17)
Depósitos judiciais e cauções	28	22	(28)
Ativos financeiros setoriais	10	(17.795)	(3.550)
Outros ativos operacionais	11	(4.386)	(551)
		(26.131)	(8.828)
(Aumento) diminuição de passivos operacionais			
Fornecedores	14	3.633	1.464
Obrigações sociais e trabalhistas	16	1.380	(2.257)
Tributos	17	(3.732)	3.042
Encargos setoriais	19	(165)	348
Outros passivos	20	(10.195)	(1.626)
		(9.079)	971
Caixa proveniente das atividades operacionais			
		873	22.221
Imposto de renda e contribuição social	27	(5.680)	(4.172)
Caixa líquido das atividades operacionais			
		(4.807)	18.049
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Adições ao imobilizado e intangível	12 e 13	(12.766)	(8.931)
Adições as obrigações vinculadas a concessão	21	1.580	940
Baixas do ativo imobilizado e intangível	12 e 13	1.547	2.787
Baixas das obrigações vinculadas a concessão	21	-	(19)
Caixa líquido das atividades de investimento			
		(9.639)	(5.223)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Aumento de capital		-	(1.441)
Dividendos e juros sobre o capital próprio - pagamento	18	(13.298)	(25.621)
Juros sobre o capital próprio - provisão	18	7.314	7.276
Participações estatutárias	16.1	(3.404)	(2.880)
Captação de empréstimos e financiamentos	15.3	13.880	-
Amortização de principal e encargos sobre empréstimos e financiamentos	15.3	(3.814)	(4.732)
Encargos sobre empréstimos e financiamentos	26	626	747
Caixa líquido das atividades de financiamento			
		1.304	(26.651)
Aumento (diminuição) no caixa e equivalentes de caixa			
		(13.142)	(13.825)
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no início do período		25.095	38.920
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no final do período		11.953	25.095
Aumento (diminuição) no caixa e equivalentes de caixa			
		(13.142)	(13.825)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Resultados de 2018

5. Demonstração das mutações do patrimônio líquido regulatório

Empresa Luz e Força Santa Maria S/A
CNPJ nº 27.485.069/0001-09

Demonstração das mutações do patrimônio líquido dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

		Reservas de lucro					
	Capital social	Reserva de incentivos fiscais	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2017	95.000	4.961	1.371	14.330	21.601	-	137.263
Redução de capital social decorrente do processo de desverticalização	(1.441)	-	-	-	-	-	(1.441)
Aumento de capital social	6.441	(4.587)	-	(1.854)	-	-	-
Outros resultados abrangentes:							
Realização da reserva de reavaliação	-	-	-	-	(4.757)	4.757	-
Efeito dos tributos sobre a realização da reserva de reavaliação	-	-	-	-	1.618	(1.618)	-
Baixa decorrente do processo de desverticalização	-	-	-	-	(335)	-	(335)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	18.912	18.912
Proposta de destinação do lucro líquido do exercício:							
Constituição de reserva de incentivos fiscais	-	2.198	-	-	-	(2.198)	-
Constituição de reserva legal	-	-	981	-	-	(981)	-
Constituição de reserva de retenção de lucros	-	-	-	6.070	-	(6.070)	-
Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio	-	-	-	(12.476)	-	(12.802)	(25.278)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	100.000	2.572	2.352	6.070	18.127	-	129.121
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	23.675	23.675
Outros resultados abrangentes:							
Realização da reserva de reavaliação	-	-	-	-	(4.419)	4.419	-
Efeito dos tributos sobre a realização da reserva de reavaliação	-	-	-	-	1.501	(1.501)	-
Proposta de destinação do lucro líquido do exercício:							
Constituição de reserva de incentivos fiscais	-	3.132	-	-	-	(3.132)	-
Constituição de reserva legal	-	-	1.160	-	-	(1.160)	-
Constituição de reserva de retenção de lucros	-	-	-	8.623	-	(8.623)	-
Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio	-	-	-	(2.473)	-	(13.678)	(16.151)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	100.000	5.704	3.512	12.220	15.209	-	136.645

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas

Empresa Luz e Força Santa Maria S/A

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Empresa Luz e Força Santa Maria S/A (“Santa Maria” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, de direito privado, concessionária de serviço público de distribuição de energia elétrica, sediada no município de Colatina, Estado do Espírito Santo, Brasil, tendo como atividade operacional a distribuição de energia elétrica, atendendo a mais de 111 mil consumidores nos municípios de Águia Branca, Alto Rio Novo, Colatina (exceto o distrito de Itapina), Governador Lindenberg, Marilândia, Pancas, Santa Teresa (exceto a Sede e o distrito de Alto Santa Maria), São Domingos do Norte, São Gabriel da Palha, São Roque do Canaã e Vila Valério (exceto os distritos de Jurama e São Jorge da Barra Seca).

1.1 Contrato de concessão de distribuição de energia elétrica

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo governo federal, que atua por meio do Ministério de Minas e Energia (“MME”). A política regulatória para o setor é implementada e fiscalizada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

A Companhia detém a outorga de concessão de serviço público de distribuição de energia elétrica nos termos do Contrato de Concessão nº 20/1999-ANEEL, com vigência até 7 de julho de 2045.

O contrato de concessão de serviço público de distribuição de energia elétrica contém cláusulas específicas que garantem o direito à indenização do valor residual dos bens vinculados ao serviço no final da concessão. Para efeito da reversão, consideram-se bens vinculados aqueles efetivamente utilizados na prestação do serviço.

As obrigações e encargos da distribuidora previstos no referido contrato de concessão são:

- I – operar e manter as instalações de modo a assegurar a continuidade e a eficiência do Serviço Regulado, a segurança das pessoas e a conservação dos bens e instalações;
- II – organizar e manter controle patrimonial dos bens e instalações vinculados à concessão, zelando por sua integridade e providenciando que aqueles que, por razões de ordem técnica, sejam essenciais à garantia e confiabilidade do sistema elétrico, estejam sempre adequadamente garantidos por seguro;
- III – prestar contas à ANEEL da Gestão do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica concedido, na periodicidade e forma previstas nas normas setoriais;

Resultados de 2018

- IV – observar a legislação de proteção ambiental, respondendo pelas consequências de seu eventual descumprimento;
- V – assegurar aos interessados, na forma da lei e regulamentação, o livre acesso às suas Redes, consoante as condições gerais de acesso e as tarifas estabelecidas pela ANEEL;
- VI – participar, quando for o caso, da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”) e do Operador Nacional do Sistema Elétrico (“ONS”), nas condições previstas pelo Estatuto do ONS e pela Convenção de Comercialização de Energia Elétrica, submetendo-se às regras e procedimentos emanados destas Entidades;
- VII – manter seu acervo documental auditável, em conformidade com as normas vigentes;
- VIII – instalar, por sua conta, os equipamentos de monitoramento e controle de tensão necessários para assegurar a qualidade do serviço, inclusive aqueles solicitados pelo ONS;
- IX – adotar as soluções decorrentes do planejamento da operação do Sistema Interligado Nacional (“SIN”), especialmente aquelas relacionadas aos Sistemas Especiais de Proteção (“SEP”);
- X – realizar, em conjunto com as Transmissoras, os estudos e os ajustes necessários ao funcionamento adequado dos Sistemas de Proteção nas Fronteiras com a Rede Básica do SIN;
- XI – compartilhar infraestrutura com outros Prestadores de Serviço Público, observando as condições de segurança, o tratamento isonômico e buscando a redução de custos;
- XII – prestar contas aos usuários, periodicamente, da Gestão do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica concedido, nos termos estabelecidos pela regulação da ANEEL;
- XIII – submeter à anuência prévia da ANEEL, na forma e condições previstas nas normas setoriais:
 - a) a alienação, cessão, concessão, transferência, dação em garantia ou desvinculação de Ativos vinculados ao Serviço Público Outorgado; e
 - b) a transferência de Concessão ou do Controle Societário; e
- XIV – comprometer-se com a redução de perdas elétricas, conforme regulação da ANEEL, sujeitando-se, inclusive, a sanções pelo seu descumprimento.

A concessão poderá ser extinta pelo advento do termo contratual, encampação do serviço, caducidade, rescisão, irregularidades ou falência da concessionária.

2. Apresentação das demonstrações contábeis regulatórias

2.1 Base de preparação

As demonstrações contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas na declaração de práticas contábeis.

As demonstrações contábeis para fins regulatórios são separadas das demonstrações contábeis societárias da Companhia. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa por apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciada de algumas normas contábeis societária e regulatória. Estas diferenças estão explicadas em notas explicativas, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas demonstrações contábeis preparadas de acordo com estas práticas.

As demonstrações contábeis regulatórias foram aprovadas pela Administração da Companhia em 01 de março de 2019.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis regulatórias estão apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações contábeis regulatórias apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação em ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira e são convertidos para moeda funcional, utilizando a taxa de câmbio vigente, na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas e despesas financeiras no resultado.

2.3 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas utilizando como base o custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, quando requerido nas normas. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota 31.

Resultados de 2018

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidas pelo Órgão Regulador requer que a Administração faça julgamentos e adote estimativas e premissas, baseadas em fatores objetivos e subjetivos para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas continuamente, com base na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. As revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem:

- (a) o registro da receita de fornecimento de energia e de uso da rede do sistema de distribuição não faturados (nota explicativa nº 23);
- (b) o registro de provisão da comercialização de energia no âmbito da CCEE (nota explicativa nº 23);
- (c) a análise do risco de crédito para determinação das perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa (nota explicativa nº 6);
- (d) reconhecimento de provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios, por meio da avaliação da probabilidade de perda que inclui avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos (nota explicativa nº 28); e
- (e) valores a compensar e/ou repassar da Parcela A e outros itens financeiros (nota explicativa nº 10).

2.5 Reclassificação de saldos comparativos

A Administração da Companhia, após reavaliação de determinados temas e objetivando a melhor apresentação do seu desempenho operacional e financeiro, procedeu a reclassificações na demonstração do resultado relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017, originalmente aprovadas pela administração em 02 de março de 2018. As reclassificações efetuadas não alteraram o total do lucro líquido do exercício e foram tratadas no exercício 2018 de acordo com a NBC TG 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, conforme segue:

Resultados de 2018

	2017 Apresentado	Reclassificações	2017 Reapresentado
Operações em continuidade			
Receita / Ingresso			
Fornecimento de energia elétrica	157.070	(12.889)	144.181
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição	116.540	12.889	129.429
Outras receitas e ingressos não afetados pelas reclassificações	67.196	-	67.196
Total da receita bruta	340.806	-	340.806
Tributos	(91.320)	-	(91.320)
Total dos encargos - Parcela "A"	(34.942)	-	(34.942)
Receita líquida / Ingresso líquido	214.544	-	214.544
Custos não gerenciáveis - Parcela "A"			
Energia elétrica comprada para revenda	(121.954)	3.276	(118.678)
Encargos de transmissão, conexão e distribuição	(18.020)	(3.276)	(21.296)
Total dos custos não gerenciáveis - Parcela "A"	(139.974)	-	(139.974)
Resultado antes dos custos gerenciáveis	74.570	-	74.570
Custos gerenciáveis - Parcela "B"	(51.617)	-	(51.617)
Resultado da atividade	22.953	-	22.953
Total do resultado financeiro	(4.265)	-	(4.265)
Resultado antes dos impostos sobre o lucro	18.688	-	18.688
Imposto de renda	(2.616)	-	(2.616)
Contribuição social	(1.556)	-	(1.556)
Participações e contribuições	(2.880)	-	(2.880)
Reversão dos juros sobre o capital próprio	7.276	-	7.276
Resultado líquido do exercício	18.912	-	18.912

3. Sumário das principais práticas contábeis

3.1 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis adotadas pela Companhia estão descritas a seguir:

a) Instrumentos Financeiros

- Ativos financeiros

Os ativos financeiros incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, títulos e valores mobiliários, valores a compensar da parcela A e outros itens financeiros, além de outros créditos realizáveis por caixa.

A Companhia reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a entidade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro, que não possua um componente de financiamento significativo, é inicialmente mensurado pelo valor justo acrescido, para um item que não é VJR (Valor Justo por meio do Resultado), dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um recebível sem um componente de financiamento significativo é inicialmente mensurado pelo preço da transação.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos, ou em que a Companhia não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade e não detém o controle do ativo financeiro.

Resultados de 2018

- Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJR. Um passivo financeiro é classificado ao VJR se for classificado como mantido para negociação, caso seja um derivativo ou caso seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os passivos financeiros ao VJR são mensurados pelo valor justo e os ganhos e perdas líquidos, incluindo qualquer despesa de juros, são reconhecidos no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Despesas com juros e ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando suas obrigações contratuais são baixadas ou canceladas ou expiram.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo quaisquer ativos não monetários transferidos ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

- Compensação de saldos (“*offsetting*”)

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem um direito legal de compensar os valores e pretende liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

- Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de *hedge* (“*hedge accounting*”)

A Companhia faz uso de derivativos com o objetivo de proteção das suas exposições ao risco de moeda estrangeira e taxa de juros, utilizando a contabilização de *hedge* (*hedge accounting*). A valorização ou a desvalorização do valor justo do instrumento destinado à proteção são registradas em contrapartida da conta de receita ou despesa financeira, no resultado do exercício e/ou em contas específicas no patrimônio líquido.

b) Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa (“PPECLD”)

A PPECLD é reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir as perdas na realização de contas a receber de consumidores e de títulos a receber, cuja recuperação é considerada improvável.

Atualmente, o critério utilizado está de acordo com o estabelecido na Instrução Contábil 6.3.3 do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, a qual é considerada suficiente pela Administração da Companhia para absorver eventuais perdas na realização dos créditos (nota explicativa nº 6).

c) Ativos e passivos financeiros setoriais

Referem-se aos ativos e passivos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados da Parcela A e outros componentes financeiros, que são incluídos nas tarifas no início do período tarifário, e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito a receber pela Companhia sempre que os custos

Resultados de 2018

homologados e incluídos na tarifa são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos homologados são superiores aos custos incorridos.

Esses valores são efetivamente liquidados por ocasião dos próximos períodos tarifários ou, em caso de extinção da concessão com a existência de saldos apurados que não tenham sido recuperados, serão incluídos na base de indenização já prevista quando da extinção por qualquer motivo da concessão (nota explicativa nº 10).

d) Ativo imobilizado em serviço

Registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescidos do valor de reavaliação registrado. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício (nota explicativa nº 12).

e) Ativo imobilizado em curso

Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

A Outorgada agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso os juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros incorridos sobre empréstimos e financiamentos diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo qualificável considerando os seguintes critérios para capitalização:

- (a) período de capitalização correspondente à fase de construção do ativo imobilizado, sendo encerrado quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização;
- (b) utilização da taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização;
- (c) o montante dos juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e

Resultados de 2018

- (d) os juros, as variações monetárias e cambiais e demais encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinada para o item do imobilizado ao qual foram incorporados.

No reconhecimento do custo do ativo imobilizado, as empresas de distribuição de energia têm incluído parte dos custos da administração central, o qual por sua vez é incluído no processo de revisão tarifária, ou seja, gerando benefícios econômicos futuros (nota explicativa nº 12).

f) Intangível

Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a financiamentos obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados às imobilizações intangíveis em curso durante o período de construção do intangível (nota explicativa nº 13).

g) Redução ao valor recuperável (impairment)

Ao final de cada exercício a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa a qual pertence o ativo. A Companhia considera sua rede integrada de distribuição, compondo uma única unidade geradora de caixa. O valor recuperável do ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor de uso e o valor líquido de venda. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, não foi constatada necessidade de reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável.

h) Obrigações especiais vinculadas à concessão

Estão representadas pelos valores nominais ou bens recebidos de consumidores das concessionárias e de consumidores não cooperados das permissionárias, para realização de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica. Esta conta é amortizada pela taxa média de depreciação dos ativos correspondentes a essas obrigações, conforme legislação vigente (nota explicativa nº 21).

i) Reserva de reavaliação

É realizada proporcionalmente à depreciação, baixa ou alienação dos respectivos bens reavaliados, mediante a transferência da parcela realizada para lucros acumulados líquida dos efeitos de imposto de renda e contribuição social.

Resultados de 2018

Para fins da contabilidade societária, a Lei nº 11.638/2007 permitiu a manutenção dos saldos de reservas de reavaliação existentes em 31 de dezembro de 2007 até a sua efetiva realização. A reavaliação compulsória foi estabelecida pela ANEEL (nota explicativa nº 22.3).

j) Ativos de infraestrutura vinculados à concessão

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os ativos de infraestrutura vinculados à prestação de serviço público, utilizados na geração, transmissão, distribuição, inclusive comercialização, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do órgão regulador.

A Resolução ANEEL nº 20, de 3 de fevereiro de 1999, que vigeu até 8 de dezembro de 2015, bem como a atual norma prevista na Resolução Normativa ANEEL nº 691, de 8 de dezembro de 2015, regulamenta a desvinculação dos ativos de infraestrutura das concessões do serviço público de energia elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, deduzido dos encargos incidentes sobre os mesmos, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, para aplicação na concessão.

k) Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda, e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

- **Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente**

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas à sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

A apuração do imposto de renda a pagar é influenciada positivamente pelo incentivo fiscal SUDENE, válido até 2027, que provê à Companhia o benefício fiscal da redução de 75% do IRPJ, calculado com base no lucro da exploração. Esse incentivo fiscal foi reconhecido no resultado do

Resultados de 2018

exercício da Companhia. Em atendimento ao que determina a Portaria do Ministério da Integração Nacional nº 2091-A, de 28 de dezembro de 2007, o valor do imposto de renda que deixou de ser pago não poderá ser distribuído aos acionistas, e foi transferido para a rubrica “Reserva de incentivos fiscais” nas reservas de lucro, a qual somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento de capital social.

- Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados sobre as diferenças entre os saldos dos ativos e passivos das Demonstrações contábeis e as correspondentes bases fiscais utilizadas no cálculo do IRPJ e da CSLL correntes. As bases utilizadas para o cálculo dos impostos diferidos são revisadas a cada exercício e ajustadas quando aplicável.

l) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

m) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos, com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração.

n) Demais ativos e passivos (circulante e não circulante)

Os demais ativos e passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos / encargos incorridos até a data do balanço.

o) Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados, bem como o valor da receita operacional possam ser mensurados de maneira confiável. A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é faturada. A receita não faturada, relativa ao ciclo de faturamento mensal, é apropriada considerando-se como base a carga real de energia disponibilizada no mês e o índice de perda anualizado. Historicamente, a diferença entre a receita não faturada estimada e o consumo real, a qual é reconhecida no mês subsequente, não tem sido relevante. Não existe consumidor que

Resultados de 2018

isoladamente represente 10% ou mais do total do faturamento. A receita referente à prestação de serviços é registrada no momento em que o serviço foi efetivamente prestado, regido por contrato de prestação de serviços entre as partes.

p) Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras compreendem, basicamente, as receitas de juros auferidos em aplicações financeiras e acréscimos moratórios incidentes sobre a energia vendida. As despesas financeiras compreendem, basicamente, as despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

A Companhia classifica juros recebidos como fluxos de caixa das atividades de investimento.

q) Subvenções governamentais

A receita reconhecida em decorrência dos subsídios incidentes nas tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, incluindo subsídios de baixa renda, é reembolsada pela CCEE.

r) Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

s) Benefícios pós emprego

- Plano de contribuição definida

As obrigações por contribuições ao plano de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um reembolso de caixa ou uma redução em pagamentos futuros seja possível (nota explicativa nº 32).

4. Assuntos regulatórios

4.1 Reajuste tarifário anual de 2018

Por meio da Resolução Homologatória nº 2.435, de 13 de agosto de 2018, a diretoria da ANEEL aprovou, durante reunião pública, o reajuste tarifário da Companhia, vigente no período de 22 de agosto de 2018 a 21 de agosto de 2019.

Em média, as tarifas foram reajustadas em 14,32%, sendo que o efeito para os consumidores residenciais foi de 14,01% e para os consumidores de média tensão (grupo A) de 15,10%.

Resultados de 2018

O efeito médio de 14,32% decorre: (i) do reajuste dos itens de custos das Parcelas A e B, calculados conforme estabelecido no contrato de concessão, para a formação da Receita Requerida; (ii) da inclusão dos componentes financeiros apurados no atual reajuste tarifário para compensação nos 12 meses subsequentes; e (iii) da retirada dos componentes financeiros estabelecidos no processo de reajuste tarifário anual de 2017, que vigoraram até a data do reajuste em processamento.

Reajuste Tarifário Anual de 2018		
Parcela A	Encargos setoriais	2,67%
	Custos de transmissão	0,44%
	Custos de aquisição de energia	6,77%
Total da Parcela A		9,88%
Total da Parcela B		-0,01%
Índice de Reposicionamento Tarifário		9,87%
Efeito dos itens financeiros - Processo atual		7,68%
Efeito da retirada dos itens financeiros - Processo anterior		-3,23%
Reajuste Total Médio das Tarifas		14,32%

4.2 Bandeiras Tarifárias

A Resolução Normativa nº 547, de 16 de abril de 2013, criou o sistema de aplicação de Bandeiras Tarifárias, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2015, com finalidade de repassar ao consumidor os custos adicionais de geração térmica, compra de energia no mercado de curto prazo, encargos de serviços do sistema e risco hidrológico.

Em 13 de agosto de 2018, a Resolução Normativa ANEEL nº 826, alterou as regras de repasse, conforme proposta de abertura da 2ª fase da Audiência Pública nº 61/2017, onde foi sugerido que os valores mensais dos repasses financeiros da Conta Bandeiras fossem apurados após a alocação prioritária das receitas na área de concessão que as gerou. Desse modo, as empresas devedoras passaram a aportar na Conta Centralizadora de Recursos de Bandeiras Tarifárias (“CCRBT”) apenas as receitas excedentes. Já as empresas credoras da CCRBT passaram a receber, a título de repasse, uma parcela desse excedente, proporcional ao seu custo não coberto por seus próprios recursos. Esta alteração aloca, de forma mais eficiente, os recursos provenientes das Bandeiras Tarifárias, mitigando o subsídio cruzado entre as distribuidoras e priorizando a alocação dos recursos nas áreas de concessão de origem.

Atualmente, existem quatro faixas de bandeiras: (i) vermelha – patamar 1, com acréscimo de R\$30/MWh; (ii) vermelha – patamar 2, cujo acréscimo na tarifa de energia é de R\$50/MWh; (iii) amarela, com acréscimo de R\$10/MWh; e (iv) verde, sem acréscimo.

Resultados de 2018

Nos doze meses de 2018 e 2017, vigoraram as seguintes bandeiras tarifárias:

Mês	Cor da bandeira	
	2018	2017
Janeiro	Verde	Verde
Fevereiro	Verde	Verde
Março	Verde	Amarela
Abril	Verde	Vermelha patamar 1
Maio	Amarela	Vermelha patamar 1
Junho	Vermelha patamar 2	Verde
Julho	Vermelha patamar 2	Amarela
Agosto	Vermelha patamar 2	Vermelha patamar 1
Setembro	Vermelha patamar 2	Amarela
Outubro	Vermelha patamar 2	Vermelha patamar 2
Novembro	Amarela	Vermelha patamar 2
Dezembro	Verde	Vermelha patamar 1

Em 2018 a Companhia reconheceu o montante de R\$ 9.757 de bandeira tarifária, sendo que, deste montante, R\$ 720 foram recebidos através da CCRBT, criada por meio do Decreto nº 8.401/2015 e administrada pela CCEE.

4.3 Decreto nº 9.642/2018 – Eliminação gradual de subsídios

O Decreto nº 9.642, de 27 de dezembro de 2018, alterou o artigo 1º do Decreto nº 7.891/2013, que trata da aplicação de descontos tarifários, de modo a vedar a cumulatividade de descontos sobre as tarifas de distribuição de energia elétrica, de maneira a prevalecer o que confira maior benefício ao consumidor (essa situação apenas se aplicava aos consumidores atendidos em baixa tensão como rural, com atividade de irrigação ou aquicultura realizada em horário especial). O decreto também determina que, a partir de 2019, nos processos de reajuste ou revisão tarifária das distribuidoras, os descontos de que trata o § 2º do referido artigo, que são aqueles aplicados aos consumidores classificados como Rural; Cooperativa de Eletrificação Rural; Serviço Público de Água, Esgoto e Saneamento; e Serviço Público de Irrigação; sejam reduzidos à razão de 20% ao ano, até que a alíquota seja zero. Os descontos atualmente conferidos aos consumidores são custeados pela Conta de Desenvolvimento Energético (“CDE”), que repassa às distribuidoras o montante de subsídios concedidos. Com a redução desses descontos, as distribuidoras deixam gradualmente de receber recursos da CDE e passam a receber diretamente desses consumidores.

4.4 Sobrecontratação de energia

De acordo com o Modelo Regulatório, as distribuidoras devem contratar antecipadamente 100% da energia elétrica necessária para fornecimento aos seus clientes por meio de leilões regulados pela ANEEL. Tais leilões, realizados com apoio da CCEE, ocorrem com antecedência de um a sete anos, em relação ao início do suprimento da energia contratada. A possibilidade de contratação com antecedência de até sete anos passou a existir após a publicação do Decreto nº 9.143, de 22 de agosto de 2017.

O referido Decreto nº 9.143/2017 determinou uma redução de lastro para fins de cobertura de consumo das distribuidoras, de 95% para 90%, referente às cotas de garantia física de energia, das

Resultados de 2018

usinas hidrelétricas com concessões prorrogadas ou licitadas nos termos da Lei nº 12.783/2013, com vigência a partir de 1º de setembro de 2017.

Conforme previsto na regulamentação do setor elétrico, em especial o Decreto nº 5.163/2004, se a energia contratada estiver dentro do limite de até 5% acima da necessidade total de energia da distribuidora, haverá repasse integral às tarifas do custo incorrido com a compra de energia excedente. Contudo, quando a distribuidora ultrapassar o referido limite e sendo este ocasionado de forma voluntária, fica exposta à variação entre o preço de compra e o de venda do montante excedente no mercado de curto prazo.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia fez uso dos mecanismos disponíveis para gerenciar a sobrecontratação.

5. Caixa e equivalentes de caixa

Composição	2018	2017
Caixa e depósitos bancários à vista	2.676	2.736
Aplicações financeiras de curto prazo	9.277	22.359
Total	11.953	25.095

Em 31 de dezembro de 2018, caixa e equivalentes de caixa é composto por caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo. São operações de alta liquidez, sem restrição de uso, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

6. Consumidores

Classe de consumo	Valores correntes				Valores renegociados			2018	2017
	Vincendos	Vencidos	PPECLD	Total	A receber	PPECLD	Total		
Fornecimento faturado (ii)									
Residencial	6.884	4.576	(346)	11.114	138	(64)	74	11.188	9.229
Comercial, serviços e outros	4.396	2.124	(439)	6.081	769	(51)	718	6.799	5.902
Industrial	3.296	2.988	(782)	5.502	648	(287)	361	5.863	6.289
Rural	1.126	2.188	(150)	3.164	75	(20)	55	3.219	2.784
Poder Público	990	79	(7)	1.062	1	-	1	1.063	816
Iluminação Pública	956	775	(40)	1.691	-	-	-	1.691	902
Serviço Público	747	-	-	747	-	-	-	747	672
Subtotal	18.395	12.730	(1.764)	29.361	1.631	(422)	1.209	30.570	26.594
Fornecimento não faturado (i)	7.568	-	-	7.568	-	-	-	7.568	6.805
Serviços cobráveis	61	-	-	61	-	-	-	61	55
Participação financeira	77	-	(28)	49	-	-	-	49	61
Encargos tarifários	1	-	-	1	-	-	-	1	2
Total	26.102	12.730	(1.792)	37.040	1.631	(422)	1.209	38.249	33.517

(i) Consiste na estimativa de energia fornecida entre a data de leitura e o encerramento do mês, conforme prática descrita no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico; e

(ii) Os valores correntes de fornecimento faturado possuem a seguinte abertura:

Resultados de 2018

Classe de consumo	Vincendos (i)	Valores vencidos					2018	2017
	Até 60 dias	dias	dias	dias	de 360	PPECLD (ii)		
Residencial	6.884	4.230	69	40	237	(346)	11.114	9.176
Comercial, serviços e outros	4.396	1.659	26	38	401	(439)	6.081	5.113
Industrial	3.296	2.055	97	55	781	(782)	5.502	6.034
Rural	1.126	1.863	148	27	150	(150)	3.164	2.740
Poder Público	990	71	-	1	7	(7)	1.062	811
Iluminação Pública	956	735	-	-	40	(40)	1.691	902
Serviço Público	747	-	-	-	-	-	747	672
Total	18.395	10.613	340	161	1.616	(1.764)	29.361	25.448

- (i) Os vencimentos são programados para o 5º dia útil após a entrega das faturas, exceto os clientes do Poder Público que possuem 10 dias úteis para efetuar os pagamentos; e
- (ii) Os valores relativos à provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa (“PPECLD”) foram constituídos em bases consideradas suficientes para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos e se baseiam nas instruções emitidas pelo órgão regulador e nas práticas adotadas pela Companhia, resumidas a seguir:

- Clientes com débitos relevantes

Análise individual do saldo a receber dos consumidores, por classe de consumo, baseado na experiência real de perda de crédito dos últimos anos.

- Demais débitos

Constituídos em conformidade com a Instrução Contábil 6.3.3 do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, que define como regra os seguintes prazos de provisionamento para créditos vencidos:

- Consumidores residenciais vencidos há mais de 90 dias;
- Consumidores comerciais vencidos há mais de 180 dias; e
- Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos e outros, vencidos há mais de 360 dias.

A movimentação da provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa está assim apresentada:

Movimentação	R\$ mil
Saldo em 1º de janeiro de 2017	(1.549)
Adições	(277)
Baixas	240
Reversões	207
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(1.379)
Adições	(867)
Baixas	262
Reversões	220
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(1.764)

7. Concessionárias e permissionárias

Refere-se a créditos provenientes da comercialização de energia elétrica no Mercado de Curto Prazo (“MCP”) no âmbito da CCEE, deduzidos das liquidações parciais ocorridas até 31 de dezembro de 2018. A movimentação do período se encontra demonstrada a seguir:

Resultados de 2018

Movimentação	R\$ mil
Saldo em 31 de dezembro de 2017	-
Débitos na liquidação do MCP	(19.302)
Créditos na liquidação do MCP	3.362
Resultado líquido do MCP	(15.940)
Pagamentos efetuados à CCEE	16.578
Recebimentos da CCEE	(267)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	371

As transações ocorridas na CCEE são liquidadas após 45 dias do mês de competência.

8. Tributos compensáveis

Tributos compensáveis	Ref.	Circulante		Não circulante	
		2018	2017	2018	2017
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	(a)	-	892	-	-
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	(a)	82	306	-	-
Programa de integração social - PIS	(a)	-	100	-	-
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	(a)	-	448	-	-
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	(b)	413	450	542	554
Outros		20	19	-	-
Total		515	2.215	542	554

- (a) No exercício de 2017 a Companhia efetuou a reapuração dos impostos federais decorrente da mudança de critério para a tributação dos ativos e passivos financeiros setoriais e aderiu ao Programa Especial de Regularização Tributária ("PERT"), instituído pela Medida Provisória nº 783/2017 e regulamentado pela Instrução Normativa nº 1.711/2017 da Receita Federal do Brasil ("RFB"). Em dezembro de 2018, com a consolidação do parcelamento pela RFB, os créditos oriundos da reapuração desses impostos foram utilizados para abatimento do saldo total da dívida. Por sua vez, o crédito remanescente de R\$ 82 se refere ao saldo negativo de CSLL apurado no exercício 2016 pendente de restituição; e
- (b) Refere-se ao imposto creditado nos termos da Lei Complementar nº 87/1996, apropriado à razão de 1/48 avos por mês. Os valores com compensação estimada para o término do exercício social seguinte estão classificados como não circulante.

9. Almoxarifado operacional

O saldo de R\$ 1.251 (R\$ 1.247 em 2017) se refere às aquisições de materiais necessários à execução, conservação e manutenção do sistema de distribuição, e está assim representado:

Composição	2018	2017
Almoxarifado de manutenção e operação	1.045	1.073
Adiantamentos a fornecedores	161	135
Outros	45	39
Total	1.251	1.247

10. Ativos financeiros setoriais líquidos

Os ativos e passivos financeiros setoriais se referem aos valores originados da diferença temporal entre os custos homologados pela ANEEL e incluídos na tarifa no início do período tarifário, e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença

Resultados de 2018

constitui um direito a receber pela Companhia nos casos em que os custos homologados são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos homologados são superiores aos custos efetivamente incorridos. Os valores são realizados quando do início da vigência de outros períodos tarifários ou extinção da concessão com saldos apurados e não recuperados, os quais serão incluídos na base de indenização.

No balanço patrimonial os saldos desses ativos e passivos financeiros setoriais são compensados entre si e apresentados pelo valor líquido no ativo ou no passivo, conforme o caso. A movimentação dos saldos de ativos e passivos financeiros setoriais está demonstrada a seguir:

Movimentação	2018	2017
Saldos iniciais	6.414	2.875
Constituição	37.074	4.430
Recebimentos da CCRBT	(9.757)	(3.342)
Amortização	(7.795)	2.462
Remuneração financeira setorial	1.563	(11)
Ressarcimento de P&D	(1.727)	-
Saldos finais	25.772	6.414

A composição dos ativos e passivos financeiros setoriais no exercício é demonstrada como segue:

	Saldos em 31/12/2017	Receita operacional líquida			Resultado financeiro	Ressarcimento de P&D	Saldos em 31/12/2018	Valores em amortização	Valores em constituição	Valores em saldo a compensar (v)
		Constituição	Bandeiras Tarifárias (vii)	Amortização	Atualização					
Ativos financeiros setoriais - R\$ mil										
Itens da Parcela A (i)	22.107	37.672	(9.757)	(17.852)	2.154	-	34.324	16.448	16.297	1.579
Aquisição de energia - CVAenerg	18.877	31.535	(9.757)	(14.015)	1.729	-	28.369	14.021	13.784	564
Proinfa	83	61	-	(81)	4	-	67	-	53	14
Transporte rede básica	755	1.499	-	(884)	106	-	1.476	1.135	318	23
Transporte itaipu	147	71	-	(90)	15	-	143	92	44	7
ESS	1.510	816	-	(1.447)	7	-	886	53	-	833
CDE	735	3.690	-	(1.335)	293	-	3.383	1.147	2.098	138
Componentes financeiros	10.335	17.272	-	(10.486)	509	-	17.630	6.804	10.826	-
Neutralidade da parcela A (ii)	4.432	9.613	-	(5.613)	90	-	8.522	3.943	4.579	-
Sobrecontratação de energia (iii)	5.903	6.180	-	(4.338)	419	-	8.164	1.917	6.247	-
Outros itens financeiros (vi)	-	1.479	-	(535)	-	-	944	944	-	-
Total dos ativos financeiros setoriais (a)	32.442	54.944	(9.757)	(28.338)	2.663	-	51.954	23.252	27.123	1.579
	Saldos em 31/12/2017	Receita operacional líquida			Resultado financeiro	Ressarcimento de P&D	Saldos em 31/12/2018	Valores em amortização	Valores em constituição	Valores em saldo a compensar (v)
		Constituição	Bandeiras Tarifárias (vii)	Amortização	Atualização					
Passivos financeiros setoriais - R\$ mil										
Itens da Parcela A (i)	18.876	11.653	-	(15.086)	921	-	16.364	8.400	5.545	2.419
Aquisição de energia - CVAenerg	833	949	-	(802)	11	-	991	-	-	991
Proinfa	193	113	-	(220)	10	-	96	85	-	11
Transporte rede básica	49	153	-	(21)	11	-	192	29	104	59
Transporte itaipu	-	53	-	(2)	1	-	52	-	-	52
ESS	13.281	9.690	-	(10.180)	786	-	13.577	7.112	5.384	1.081
CDE	4.520	695	-	(3.861)	102	-	1.456	1.174	57	225
Componentes financeiros	7.152	6.217	-	(5.457)	179	1.727	9.818	4.110	5.708	-
Neutralidade da parcela A (ii)	189	2.656	-	(169)	31	-	2.707	299	2.408	-
Sobrecontratação de energia (iii)	4.276	2.106	-	(3.614)	67	-	2.835	1.810	1.025	-
Ultrapassagem de demanda (iv)	731	273	-	(247)	21	-	778	181	597	-
Excedente de Reativos (iv)	1.956	1.182	-	(803)	60	-	2.395	717	1.678	-
Outros itens financeiros (vi)	-	-	-	(624)	-	1.727	1.103	1.103	-	-
Total dos passivos financeiros setoriais (b)	26.028	17.870	-	(20.543)	1.100	1.727	26.182	12.510	11.253	2.419
Ativos Setoriais Líquidos (a) - (b)	6.414	37.074	(9.757)	(7.795)	1.563	(1.727)	25.772	10.742	15.870	(840)

- (i) Itens da parcela A: a Portaria Interministerial dos Ministros de Estado da Fazenda e de Minas e Energia nº 25, de 24 de janeiro de 2002, estabeleceu a Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da “Parcela A” - CVA, com o propósito de registrar as variações de custos, negativas ou positivas, ocorridas no período entre reajustes tarifários anuais, relativos aos itens previstos nos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica. Essas variações são apuradas por meio da diferença entre os gastos efetivamente incorridos e os gastos

Resultados de 2018

- estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes e revisões tarifárias. Os valores considerados na CVA são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC;
- (ii) Neutralidade da parcela A: refere-se à neutralidade da parcela A, apurada pelas diferenças mensais entre os valores faturados e os valores inseridos nas tarifas;
 - (iii) Sobrecontratação/exposição involuntária de energia: a distribuidora deve garantir, por meio de contratos de energia regulados, o atendimento de 100% do seu mercado. Os custos com contratações superiores ou inferiores a este referencial são incorporados à tarifa nos reajustes e revisões tarifárias, limitados a 5% da carga anual regulatória dos custos de repasse de aquisição do montante de sobrecontratação;
 - (iv) Devoluções tarifárias: referem-se às receitas faturadas com ultrapassagem de demanda (“UD”) e excedente de reativos (“ER”), que passaram a ser disciplinadas pelo Submódulo 2.1A – Procedimentos Gerais, do PRORET, versão 1.0, aprovado por meio da Resolução Normativa ANEEL nº 761, de 21 de fevereiro de 2017. De acordo com esse Submódulo, os valores de UD e ER faturados pela Companhia a partir do último dia do mês de sua publicação, atualizados pelo IPCA, passaram a ser considerados como redutores da Parcela B nos processos tarifários subsequentes. Os valores faturados anteriormente, constituídos entre a data base do laudo de avaliação da Base de Remuneração Regulatória (“BRR”) do 4º ciclo de revisão tarifária e o último dia do mês de publicação do referido Submódulo, permanecerão registrados em passivos financeiros setoriais, atualizados pela SELIC, e somente serão considerados como redutores da Parcela B quando da próxima revisão tarifária da Santa Maria, a ocorrer em 2021;
 - (v) Saldo a compensar: conforme previsto no § 4º do artigo 3º da Portaria Interministerial MME/MF nº 25/2002, verifica-se se o saldo da CVA em processamento considerado no processo tarifário foi efetivamente compensado, levando-se em conta as variações ocorridas entre o mercado de energia elétrica utilizado na definição daquele processo tarifário e o mercado verificado nos 12 meses da compensação, bem como a diferença entre a taxa de juros projetada e a taxa de juros SELIC verificada;
 - (vi) Outros itens financeiros: considera-se os demais itens financeiros de características não recorrentes e específicos das distribuidoras; e
 - (vii) Bandeiras tarifárias: a partir de 1º de janeiro de 2015, com o objetivo de sinalizar aos consumidores a respeito dos custos da geração de energia elétrica de cada mês, entrou em vigor por meio da Resolução Normativa ANEEL nº 547, de 16 de abril de 2013, o Sistema de Bandeiras Tarifárias. Atualmente, existem quatro faixas de bandeiras: (i) vermelha – patamar 1, com acréscimo de R\$30/MWh; (ii) vermelha – patamar 2, cujo acréscimo na tarifa de energia é de R\$50/MWh; (iii) amarela, com acréscimo de R\$10/MWh; e (iv) verde, sem acréscimo. Para gerir os recursos decorrentes da aplicação das bandeiras tarifárias foi criada, conforme determinado pelo Decreto nº 8.401, de 4 de fevereiro de 2015, a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias (“CCRBT”). A CCEE foi designada pela criação e manutenção da CCRBT, sendo os valores a serem repassados e/ou compensados homologados mensalmente pela ANEEL. Os recursos provenientes da aplicação das bandeiras tarifárias pelas distribuidoras podem ser total ou parcialmente revertidos à CCRBT. Por meio da Resolução Normativa ANEEL nº 826/2018, as regras de repasse desses recursos às distribuidoras foram alteradas, e passaram a compreender o seguinte: (i) os valores mensais dos repasses financeiros da CCRBT são apurados após a alocação prioritária das receitas na área de concessão que as gerou, de modo que as empresas devedoras apósem apenas as receitas excedentes; e (ii) as empresas credoras da CCRBT passaram a receber, a título de repasse, uma parcela desse excedente, proporcional ao seu custo não coberto por seus próprios recursos. O saldo dos ativos financeiros setoriais se encontra líquido dos efeitos das bandeiras tarifárias, que no período tiveram a seguinte movimentação:

Movimentação	2018
Faturamento de bandeiras tarifárias (a)	(13.248)
Recursos não repassados à CCRBT, mantidos em poder da Companhia (b)	9.037
Recursos repassados à CCRBT, encargos do consumidor (a) - (b)	(4.211)
Recursos recebidos da CCRBT (c)	720
Recursos deduzidos do saldo de ativos financeiros setoriais (b)+(c)	9.757

Resultados de 2018

11. Outros ativos circulantes e não circulantes

Composição	Ref.	Circulante		Não circulante	
		2018	2017	2018	2017
Crédito com empregados		148	229	-	-
Compartilhamento de infraestrutura	(a)	68	62	-	-
Arrecadação da CIP	(a)	64	34	-	-
Convênios de arrecadação	(a)	207	193	-	-
Depósitos para reinvestimento	(b)	-	-	1.365	1.057
Reembolsos do fundo da CDE	(c)	3.910	-	-	-
Outros		6	4	-	-
Total		4.403	522	1.365	1.057

- (a) Refere-se à remuneração da Companhia (i) pelo compartilhamento de sua infraestrutura e (ii) pela prestação de serviços a terceiros de arrecadação de valores nas contas de energia elétrica para posterior repasse. As receitas são registradas pelo regime de competência em contrapartida à rubrica “Receita operacional líquida”, no resultado do exercício, e revertidas para a modicidade tarifária nos processos de revisão ou reajustes tarifários como redutoras da Parcela B;
- (b) Refere-se ao incentivo fiscal que beneficia a Companhia que possui empreendimentos em operação na área de atuação da Sudene, com o reinvestimento de 30% do IRPJ devido, calculado com base no lucro da exploração, em projetos de modernização ou complementação de equipamentos. Os depósitos bancários para reinvestimento do IRPJ (Redução por Reinvestimento) são realizados no Banco do Nordeste do Brasil S/A, acrescidos de 50% (cinquenta por cento) de recursos próprios (contrapartida), no mesmo prazo fixado para o pagamento do imposto que originou a opção pelo incentivo. A atualização monetária dos valores depositados é reconhecida em contrapartida à rubrica de passivo não circulante (nota explicativa nº 20). A liberação dos recursos é condicionada à aprovação, pela Sudene, dos projetos encaminhados pela Companhia; e
- (c) Refere-se ao saldo a receber decorrente dos valores recebidos em montante inferior aos descontos (subsídios) nas tarifas de energia elétrica e na tarifa de uso dos sistemas elétricos de distribuição concedidos para consumidores: (i) livres (carga fonte incentivada); (ii) de serviço público de água, esgoto e saneamento; (iii) rurais; (iv) irrigantes; e (v) residenciais classificados como de baixa renda. Os valores reconhecidos são compensados e/ou ajustados no processo tarifário subsequente da Companhia. Esses descontos (subsídios) foram retirados da estrutura tarifária a partir de 24 de janeiro de 2013, e, conforme previsto no art. 13, inciso VII, da Lei nº 10.438/2002, com redação dada pela Medida Provisória nº 605/2013, regulamentada pelo Decreto nº 7.891/2013, passaram a ser pagos pela Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, através da CCEE, gestora do fundo. Adicionalmente, por meio do Decreto nº 9.642/2018, que alterou o art. 1º do Decreto nº 7.891/2013, foi vedada a cumulatividade de descontos sobre as tarifas de distribuição de energia elétrica que se aplicava aos consumidores atendidos em baixa tensão como rural e com atividade de irrigação em horário especial, de forma a prevalecer somente aquele que lhe confira o maior benefício. O referido Decreto nº 9.642/2018 também determina que, a partir de 2019, os descontos aplicados aos consumidores classificados como rural, cooperativa de eletrificação rural, serviço público de água, esgoto e saneamento e serviço público de irrigação, sejam reduzidos à razão de 20% ao ano, até que o percentual seja zero.

Resultados de 2018

12. Ativo imobilizado

12.1 Composição e movimentação do imobilizado

Ativo Imobilizado em Serviço - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2017	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Reclassificações	Valor Bruto em 31/12/2018	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Depreciação Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2018	Valor Líquido em 31/12/2017	Obrigações Especiais Brutas em 31/12/2018	Amortização Acumulada em 31/12/2018	Obrigações Especiais Líquidas em 31/12/2018
Distribuição	401.995	-	(6.598)	13.543	-	74	409.014	6.945	(209.362)	199.652	201.578	99.619	(36.367)	63.252
Terrenos	953	-	-	-	-	-	953	-	-	953	953	-	-	-
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	5.064	-	-	-	-	-	5.064	-	(2.216)	2.848	3.004	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	388.258	-	(5.860)	12.605	-	3.263	398.266	6.745	(204.085)	194.181	195.857	99.619	(36.367)	63.252
Veículos	7.720	-	(738)	938	-	(3.189)	4.731	200	(3.061)	1.670	1.764	-	-	-
Administração	14.092	-	(149)	839	-	(74)	14.708	690	(11.552)	3.156	2.904	-	-	-
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	461	-	-	-	-	-	461	-	(284)	177	188	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	5.060	-	-	219	-	-	5.279	219	(4.635)	644	647	-	-	-
Veículos	1.968	-	(142)	277	-	(74)	2.029	135	(1.154)	875	756	-	-	-
Móveis e Utensílios	6.603	-	(7)	343	-	-	6.939	336	(5.479)	1.460	1.313	-	-	-
Subtotal	416.087	-	(6.747)	14.382	-	-	423.722	7.635	(220.914)	202.808	204.482	99.619	(36.367)	63.252

Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2017	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Reclassificações	Valor Bruto em 31/12/2018	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Depreciação Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2018	Valor Líquido em 31/12/2017	Obrigações Especiais Brutas	Amortização Acumulada	Obrigações Especiais Líquidas
Distribuição	7.982	11.868	-	(13.543)	-	-	6.307	(1.675)	-	6.307	7.982	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	2.944	10.779	-	(12.605)	-	-	1.118	(1.826)	-	1.118	2.944	-	-	-
Outros	5.038	1.089	-	(938)	-	-	5.189	151	-	5.189	5.038	-	-	-
Administração	-	875	-	(839)	-	-	36	36	-	36	-	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	-	255	-	(219)	-	-	36	36	-	36	-	-	-	-
Outros	-	620	-	(620)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	7.982	12.743	-	(14.382)	-	-	6.343	(1.639)	-	6.343	7.982	-	-	-
Total do Ativo Imobilizado	424.069	12.743	(6.747)	-	-	-	430.065	5.996	(220.914)	209.151	212.464	99.619	(36.367)	63.252

12.2 Composição da conta máquinas e equipamentos da atividade de distribuição

Distribuição - Máquinas e Equipamentos - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2017	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2018	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)
AIS Bruto	388.258	-	(5.860)	15.866	-	398.266	10.006
Transformação de Distribuição	88.909	-	(1.337)	2.498	-	90.070	1.161
Medidor	27.500	-	(2.100)	1.444	-	26.844	(656)
Redes Baixa Tensão (< 2,3 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Redes Média Tensão (< 2,3 kV a 44 kV)	183.238	-	(1.312)	4.719	-	186.645	3.407
Redes Alta Tensão (69 kV)	11.823	-	(785)	3.058	-	14.096	2.273
Redes Alta Tensão (88 kV a 138 kV)	11.166	-	-	-	-	11.166	-
Redes Alta Tensão (>= 230 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Média Tensão (primário 30 kV a 44 kV)	2.621	-	-	39	-	2.660	39
Subestações Alta Tensão (primário de 69 kV)	28.988	-	-	42	-	29.030	42
Subestações Alta Tensão (primário 88 kV a 138 kV)	33.955	-	-	46	-	34.001	46
Subestações Alta Tensão (primário >= 230 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Demais Máquinas e Equipamentos	60	-	(326)	4.020	-	3.754	3.694
Obrigações Especiais do AIS Bruto	(98.039)	(1.376)	-	-	-	(99.415)	(1.376)
Participação da União, Estados e Municípios	(39.807)	(181)	-	-	-	(39.988)	(181)
Participação Financeira do Consumidor	(53.719)	(1.195)	-	-	-	(54.914)	(1.195)
Outros	(4.513)	-	-	-	-	(4.513)	-
Ultrapassagem de Demanda	(1.428)	-	-	-	-	(1.428)	-
Excedente de Reativos	(2.935)	-	-	-	-	(2.935)	-
Outros	(150)	-	-	-	-	(150)	-
Obrigações Especiais do AIC Bruto	-	(204)	-	-	-	(204)	(204)
Participação Financeira do Consumidor	-	(204)	-	-	-	(204)	(204)

Resultados de 2018

12.3 Adições e baixas ao ativo imobilizado em serviço

As dez principais adições, pelo critério de valor, ao imobilizado em serviço foram:

	Descrição do bem	Quantidade	Unidade de Medida	em R\$ mil
1	Cabo Alumínio CAA No 1/0 AWG	5190	KG	146
2	Estruturas Metálicas	36,49	TN	853
3	Poste de Concreto DT 11/300	138	PC	206
4	Cabo Alumínio CAA 336,4 (170mm ²)	2873	KG	186
5	Poste de Concreto DT 12/300	92	PC	211
6	Cabo OPGW 24 Fibras Diâmetro 13,6 mm	6530	MT	287
7	Cabo Alumínio CAA No 4/0 AWG	14499	KG	409
8	Cabo Alumínio CAA No 4/0 AWG	21461	KG	445
9	Cabo Alumínio CAA 336,4 (170mm ²)	12388,5	KG	646
10	Estruturas Metálicas	18,86	TN	664

As dez principais baixas, pelo critério de valor, ao imobilizado em serviço foram:

	Descrição do bem	Quantidade	Unidade de Medida	em R\$ mil
1	Medidor eletrônico 3E 4F 120V 15/120A	1	Un	43
2	Medidor kWh 1E 2F 120V 15/100A	89	PÇ	29
3	Religador Trifásico 24KV 12,5KA	1	Un	34
4	Medidor kWh 1E 2F 120V 15/100A	94	PÇ	30
5	Medidor Elet. de Energia - 30/200A	19	Un	31
6	Medidor Eletrônico 2 El. 3F 120V-15/120A	26	Un	29
7	Cabo Alumínio CAA 266,8MCM	966	KG	28
8	Cabo Alumínio CAA No 4/0 AWG	8500	KG	95
9	Poste de concreto DT 13/400	9	Un	71
10	Poste de concreto DT 13/500	6	PÇ	49

12.4 Taxas de depreciação

As taxas anuais médias de depreciação do ativo imobilizado são as seguintes:

Ativo Imobilizado - R\$	Taxas anuais médias de depreciação (%)	2018			2017
		Valor Bruto	Depreciação Acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Distribuição	3,84%	409.014	(209.362)	199.652	201.578
Custo Histórico		232.735	(90.979)	141.756	137.466
Reavaliação		176.279	(118.383)	57.896	64.112
Administração	9,57%	14.708	(11.552)	3.156	2.904
Custo Histórico		8.412	(5.567)	2.845	2.438
Reavaliação		6.296	(5.985)	311	466
		423.722	(220.914)	202.808	204.482
Em Curso					
Distribuição		6.307	-	6.307	7.982
Administração		36	-	36	-
		6.343	-	6.343	7.982
		430.065	(220.914)	209.151	212.464

Resultados de 2018

As principais taxas anuais de depreciação por macroatividade, de acordo com a Resolução Normativa ANEEL nº 674 de 11 de agosto de 2015, estão demonstradas a seguir:

	Taxas anuais de depreciação (%)
Distribuição	
Banco de capacitores	6,67%
Chave de distribuição - seccionadora tensão igual ou superior a 69 kV	3,33%
Chave de distribuição - seccionadora tensão inferior a 69 kV	6,67%
Condutor - classe de tensão igual ou superior a 69 kV	2,70%
Condutor - classe de tensão inferior a 69 kV	3,57%
Estrutura do sistema - Poste	3,57%
Estrutura do sistema - Torre	2,70%
Regulador de tensão - igual ou superior a 69 kV	3,45%
Regulador de tensão - inferior a 69 kV	4,35%
Transformador de distribuição - Aéreo	4,00%
Transformador de força	2,86%
Transformador de medida - corrente igual ou superior a 69 kV	3,33%
Transformador de medida - corrente inferior a 69 kV	4,35%
Administração central	
Edificações	3,33%
Veículos	14,29%
Equipamentos gerais	6,25%
Móveis e utensílios	6,25%

13. Ativo intangível

A composição e movimentação do intangível são apresentadas como segue:

Intangível - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2017	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2018	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Amortização Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2018	Valor Líquido em 31/12/2017
Distribuição	584	-	-	-	-	584	-	-	584	584
Servidões	584	-	-	-	-	584	-	-	584	584
Softwares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administração	3.680	-	-	26	-	3.706	26	(3.599)	107	193
Softwares	3.663	-	-	26	-	3.689	26	(3.582)	107	193
Outros	17	-	-	-	-	17	-	(17)	-	-
Total do Ativo Intangível	4.264	-	-	26	-	4.290	26	(3.599)	691	777

Ativo Intangível em Curso	Valor Bruto em 31/12/2017	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2018	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Amortização Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2018	Valor Líquido em 31/12/2017
Distribuição	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administração	-	26	-	(26)	-	-	-	-	-	-
Softwares	-	26	-	(26)	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	-	26	-	(26)	-	-	-	-	-	-
Total do Ativo Intangível	4.264	26	-	-	-	4.290	26	(3.599)	691	777

Resultados de 2018

As taxas anuais médias de amortização do ativo intangível são as seguintes:

Ativo Intangível - R\$	Taxas anuais médias de amortização (%)	2018			2017
		Valor Bruto	Amortização Acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Distribuição		584	-	584	584
Custo Histórico		345	-	345	345
Reavaliação		239	-	239	239
Administração	19,57%	3.706	(3.599)	107	193
Custo Histórico		2.010	(1.911)	99	171
Reavaliação		1.696	(1.688)	8	22
		4.290	(3.599)	691	777

14. Fornecedores

Composição	2018	2017
Suprimento de energia elétrica	15.438	11.986
Encargos de uso da Rede Básica	2.913	2.976
Materiais e serviços	1.021	777
Total	19.372	15.739

15. Empréstimos e financiamentos

15.1 Composição

Operação	2018	2017
Moeda nacional	13.991	12.159
Moeda estrangeira	5.110	-
Mútuo – Parte relacionada	3.955	-
Total	23.056	12.159
Circulante	17.157	3.243
Não circulante	5.899	8.916

Resultados de 2018

15.2 Principais condições contratuais

Operação	Vencimento	Características da operação		Custo da dívida		Circulante	Não circulante	Total
		Periodicidade de amortização	Garantias reais	Indexador	Taxa de juros a.a.			
Moeda nacional						8.092	5.899	13.991
Eletrobrás - LPT - ECFS 183/2007	30/08/2019	Mensal	Recebíveis	RGR	5,00%	451	-	451
Eletrobrás - LPT - ECFS 226/2008	30/10/2020	Mensal	Recebíveis	RGR	5,00%	679	566	1.245
Eletrobrás - LPT - ECFS 256/2008	30/06/2021	Mensal	Recebíveis	RGR	5,00%	550	825	1.375
Eletrobrás - LPT - ECFS 296/2010	30/07/2022	Mensal	Recebíveis	RGR	5,00%	101	260	361
Banco do Brasil S/A - 40/00513-5	15/01/2021	Mensal	Aval/Fiança	Pré-fixado	5,50%	234	254	488
Banco do Brasil S/A - 40/00805-3	15/11/2022	Mensal	Aval/Fiança	Pré-fixado	2,50%	212	618	830
Banco do Brasil S/A - 40/00855-X	15/12/2022	Mensal	Aval/Fiança	Pré-fixado	2,50%	13	39	52
Banco do Brasil S/A - 40/00857-6	15/12/2022	Mensal	Aval/Fiança	Pré-fixado	2,50%	24	72	96
Banco do Brasil S/A - 40/00873-8	15/01/2023	Mensal	Bens	Pré-fixado	2,50%	70	218	288
Banco do Brasil S/A - 40/00877-0	15/01/2023	Mensal	Bens	Pré-fixado	2,50%	5	18	23
Banco do Brasil S/A - 40/00979-3	12/11/2023	Mensal	Aval/Fiança	Pré-fixado	3,50%	15	59	74
Banco do Brasil S/A - 40/00980-7	15/10/2023	Mensal	Aval/Fiança	Pré-fixado	3,50%	191	731	922
Banco do Brasil S/A - 40/00991-2	15/09/2023	Mensal	Aval/Fiança	Pré-fixado	3,50%	37	139	176
Banco do Brasil S/A - 40/01099-6	15/06/2024	Mensal	Aval/Fiança	Pré-fixado	6,00%	28	125	153
Banco do Brasil S/A - 40/01100-3	15/06/2024	Mensal	Aval/Fiança	Pré-fixado	6,00%	10	44	54
Banco do Brasil S/A - 40/01107-0	15/07/2024	Mensal	Aval/Fiança	Pré-fixado	6,00%	26	120	146
Banco do Brasil S/A - 40/01108-9	15/07/2024	Mensal	Aval/Fiança	Pré-fixado	6,00%	19	88	107
Banco do Brasil S/A - 40/01162-3	15/11/2024	Mensal	Aval/Fiança	Pré-fixado	6,00%	29	143	172
Banco do Brasil S/A - 40/01163-1	15/11/2024	Mensal	Aval/Fiança	Pré-fixado	6,00%	17	82	99
Banco do Brasil S/A - 40/01164-X	15/11/2024	Mensal	Aval/Fiança	Pré-fixado	6,00%	4	21	25
Banco do Brasil S/A - 40/01165-8	15/11/2024	Mensal	Aval/Fiança	Pré-fixado	6,00%	6	29	35
Banco do Brasil S/A - 40/01168-2	15/11/2024	Mensal	Aval/Fiança	Pré-fixado	6,00%	23	112	135
Banco do Brasil S/A - 40/01169-0	15/11/2024	Mensal	Aval/Fiança	Pré-fixado	6,00%	267	1.309	1.576
Banco do Brasil S/A - 40/01196-8	15/01/2025	Mensal	Aval/Fiança	Pré-fixado	6,00%	5	27	32
SICOOB - CCB 1415610	04/10/2019	Mensal	Aval/Fiança	Pré-fixado	13,80%	5.076	-	5.076
Moeda estrangeira						5.110	-	5.110
Itaú Unibanco S/A - CCBI 1070182 (a)	04/04/2019	Semestral	Aval/Fiança	Pré-fixado	0,51%	5.110	-	5.110
Mútuo - Parte relacionada						3.955	-	3.955
Santa Maria Participações S/A (b)	09/07/2019	Anual	Não se aplica	Selic	6,40%	3.955	-	3.955
Total						17.157	5.899	23.056

- (a) O contrato em moeda estrangeira possui proteção de *swap* cambial e instrumento financeiro derivativo (nota explicativa nº 30); e
- (b) O contrato com parte relacionada foi elaborado com observância da Resolução Normativa ANEEL nº 699/2016 (nota explicativa nº 33).

15.3 Mutações dos empréstimos e financiamentos

Movimentação	Circulante	Não circulante	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2017	3.987	12.157	16.144
Encargos	747	-	747
Amortizações (principal e encargos)	(4.732)	-	(4.732)
Transferências	3.241	(3.241)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	3.243	8.916	12.159
Ingressos	13.880	-	13.880
Encargos	831	-	831
Amortizações (principal e encargos)	(3.814)	-	(3.814)
Transferências	3.017	(3.017)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	17.157	5.899	23.056

Resultados de 2018

15.4 Captações realizadas no exercício findo em 31 de dezembro 2018

Modalidade	Vencimento	Indexadores	Taxa de juros a.a.	Valor captado
Moeda nacional				
Capital de giro	04/10/2019	Pré-fixado	13,80%	5.000
Moeda estrangeira				
Euro				
Capital de giro	04/04/2019	Pré-fixado	0,51%	5.000
Mútuo - Parte relacionada				
Capital de giro	09/07/2019	Selic	6,40%	3.880
Taxa média e total			6,90%	13.880

15.5 Vencimentos das parcelas do não circulante

Exercício	R\$ mil
2020	2.452
2021	1.397
2022	1.043
2023	640
2024	366
Após 2024	1
Total	5.899

16. Obrigações sociais e trabalhistas

Composição	Ref.	Circulante	
		2018	2017
Salários a pagar		506	-
Previdência privada		195	-
Provisão para férias (incluindo encargos sociais)		1.900	1.857
Tributos retidos na fonte		249	165
Consignações em favor de terceiros		44	16
Participações estatutárias (incluindo encargos sociais)	16.1	3.404	2.880
Total		6.298	4.918

16.1 Participações estatutárias

As participações estatutárias foram calculadas de acordo com as disposições do estatuto social da Companhia, a saber:

Composição	2018	2017
Lucro líquido do exercício antes das participações estatutárias	29.824	24.826
Constituição de reserva de incentivos fiscais	(3.132)	(2.198)
Constituição de reserva de lucros a realizar	(97)	(127)
Lucro líquido do exercício ajustado	26.595	22.501
Participações estatutárias (10%)	2.659	2.250
INSS sobre participações estatutárias (20%)	532	450
FGTS sobre participações estatutárias (8%)	213	180
Participações estatutárias (incluindo encargos sociais)	3.404	2.880

* Os dados apresentados para 2017 são referentes aos resultados antes da reapresentação das Demonstrações Contábeis Societárias.

Resultados de 2018

17. Tributos

Composição	Ref.	Circulante		Não circulante	
		2018	2017	2018	2017
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	(a)	318	34	5.762	6.866
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	(a)	230	27	2.074	2.472
Programa de integração social - PIS		256	319	-	-
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS		1.190	1.478	-	-
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS		6.550	6.003	-	-
Imposto sobre serviços de qualquer natureza - ISSQN		13	5	-	-
Instituto nacional de seguridade social - INSS		422	384	-	-
Fundo de garantia por tempo de serviço - FGTS		148	138	-	-
Impostos e contribuições retidos na fonte		216	168	-	-
Programa especial de regularização tributária – PERT	(b)	713	892	7.042	9.880
Total		10.056	9.448	14.878	19.218

- (a) O saldo não circulante de IRPJ e CSLL é referente aos impostos diferidos apurados sobre a reserva de reavaliação regulatória compulsória prevista na Resolução Normativa ANEEL nº 396/2010 (nota explicativa nº 17.1).
- (b) O saldo circulante e não circulante refere-se ao Programa Especial de Regularização Tributária – PERT, instituído pela Medida Provisória nº 783/2017 e regulamentado pela Instrução Normativa nº 1.711/2017. Foram incluídos no programa os débitos oriundos da reapuração dos impostos federais decorrentes da mudança de critério para a tributação dos ativos e passivos financeiros setoriais, bem como os débitos relativos aos encargos sobre a participação dos administradores. A consolidação da dívida ocorreu no mês de agosto de 2018 para os débitos previdenciários e dezembro de 2018 para os demais débitos (tributos federais). Os créditos decorrentes da reapuração desses tributos foram utilizados na consolidação para o abatimento do saldo total da dívida (nota explicativa nº 8). As parcelas remanescentes são atualizadas mensalmente pela taxa SELIC, acrescidas de 1%.

17.1 Impostos diferidos

As diferenças temporárias são apresentadas como segue:

Passivo	2018	2017
Diferenças temporárias		
Imposto de renda	5.762	6.866
Contribuição social	2.074	2.472
Total líquido - passivo não circulante	7.836	9.338

A base de cálculo dos tributos diferidos é composta como segue:

Passivo	2018		2017	
	Base de cálculo	IRPJ + CSLL	Base de cálculo	IRPJ + CSLL
Valor justo do ativo financeiro indenizável	23.046	7.836	27.465	9.338
Total	23.046	7.836	27.465	9.338

18. Dividendos declarados e juros sobre o capital próprio

Com base no resultado do exercício e no Estatuto Social da Companhia, a Administração está propondo a seguinte distribuição de dividendos:

Composição	2018	2017
Lucro líquido do exercício	26.420	21.946
Constituição de reserva de incentivos fiscais	(3.132)	(2.198)
Constituição de reserva de lucros a realizar	(97)	(127)
Constituição de reserva legal	(1.160)	(981)
Reversão dos juros sobre o capital próprio	(7.314)	(7.276)
Base de cálculo dos dividendos	14.717	11.364
Ações ordinárias (25% sobre a base de cálculo dos dividendos)	3.679	2.841
Ações preferenciais (8% sobre o valor nominal)	2.685	2.685
Total dos dividendos propostos	6.364	5.526
Reversão dos juros sobre o capital próprio	7.314	7.276
Total dos dividendos propostos e juros sobre o capital próprio	13.678	12.802

* Os dados apresentados para 2017 são referentes aos resultados antes da reapresentação das Demonstrações Contábeis Societárias.

Salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral, os dividendos deverão ser pagos no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data em que forem declarados e, em qualquer caso, dentro do exercício social.

O valor por ação dos dividendos propostos e juros sobre o capital próprio é demonstrado a seguir:

Provento	Valor proposto	R\$ / Ação	
		ON	PN
2018			
Dividendos propostos	6.364	1,17	1,69
Juros sobre o capital próprio	7.314	1,54	1,54
2017			
Dividendos propostos	5.526	0,90	1,69
Juros sobre o capital próprio	7.276	1,54	1,54

A movimentação e respectivos saldos das contas de dividendos declarados e juros sobre o capital próprio no exercício 2018 é apresentada a seguir:

Movimentação	Dividendos propostos	JCP	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	5.526	4.202	9.728
(+) Crédito de JCP	-	7.314	17.042
(-) IR Fonte s/ crédito de JCP (15%)	-	(1.097)	15.945
(-) Pagamento de JCP	-	(4.202)	11.743
(+) Crédito de dividendos complementares	2.474	-	14.217
(-) Pagamento de dividendos	(8.000)	-	6.217
(+) Crédito de dividendos propostos	6.364	-	12.581
Saldos em 31 de dezembro de 2018	6.364	6.217	12.581

Resultados de 2018

19. Encargos setoriais

Composição	Ref.	2018	2017
Pesquisa & Desenvolvimento - P&D	(a)	1.140	1.187
Programa de Eficiência Energética - PEE	(a)	3.073	2.952
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(b)	1.109	2.082
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	(c)	28	27
Outros - CCRBT	(d)	985	1
Total		6.335	6.249

- (a) A Companhia, por ser uma distribuidora do segmento de energia elétrica, é obrigada a aplicar 1% de sua receita operacional líquida em ações que tenham como objetivo o combate ao desperdício de energia elétrica e o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico. A obrigatoriedade na aplicação desses recursos está prevista em lei e no contrato de concessão, cabendo à ANEEL regulamentar o investimento no programa, acompanhar a execução dos projetos e avaliar seus resultados. O montante de 1% sobre a receita da Companhia é destinado aos Programas de Eficiência Energética (“PEE”), Pesquisa e Desenvolvimento (“P&D”), Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (“FNDCT”) e ao Ministério de Minas e Energia (“MME”). A partir de 03 de maio de 2016, por meio da lei nº 13.280, foi definido que 80% do percentual destinado ao PEE será aplicado pelas próprias concessionárias conforme regulamentos estabelecidos pela ANEEL, e os demais 20% serão destinados ao Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (“PROCEL”). A participação de cada um dos programas está definida pelas Leis nº 10.848, 11.465 e 13.280, de 15 de março de 2004, 28 de março de 2007 e 3 de maio de 2016, respectivamente. A atualização das parcelas referentes ao PEE e P&D é efetuada pela taxa SELIC, de acordo com as Resoluções Normativas ANEEL nº 176, de 28 de novembro de 2005, nº 219, de 11 de abril de 2006, nº 300, de 12 de fevereiro de 2008, e nº 316, de 13 de maio de 2008, e Ofício Circular nº 1.644/2009-SFF/ANEEL, de 28 de dezembro de 2009. Por meio da Resolução Normativa nº 316, alterada pela Resolução Normativa nº 504, de 14 de agosto de 2012, e a Resolução Normativa nº 556, de 18 de junho de 2013, a ANEEL estabeleceu novos critérios para cálculo, aplicação e recolhimento dos recursos do P&D e PEE, respectivamente. Entre esses novos critérios, foram definidos os itens que compõem a base de cálculo das obrigações, ou seja, a receita operacional líquida e o cronograma de recolhimento ao FNDCT e ao MME. Os gastos realizados com os projetos de PEE e P&D estão registrados na rubrica de serviços em curso até o final dos projetos, quando são encerrados contra os recursos do programa, enquanto a realização das obrigações por aquisição de ativo intangível, tem como contrapartida Obrigações Especiais;
- (b) Conta de Desenvolvimento Energético - CDE: tem o objetivo de promover o desenvolvimento energético dos estados e a competitividade da energia produzida, a partir de fontes alternativas, nas áreas atendidas pelo sistema interligado, permitindo a universalização do serviço de energia elétrica. Em 31 de dezembro de 2018, o saldo em aberto se refere a quota mensal da CDE – Conta ACR no valor de R\$ 1.109, conforme Resolução Homologatória nº 2.231 de 25 de abril de 2017;
- (c) Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE: foi criada pela Lei nº 9.427/1996, alterada pela Lei nº 12.783/2013, e regulamentada pelo Decreto nº 2.410/1997, com o objetivo de custear o funcionamento da ANEEL no exercício das suas atividades de fiscalização e regulação econômica. Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a distribuição de energia elétrica são diferenciados e proporcionais ao porte do serviço concedido, calculados anualmente pela ANEEL, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário; e
- (d) Valor estimado de repasse referente aos recursos provenientes da aplicação das bandeiras tarifárias que serão revertidos à Conta Centralizadora de Recursos de Bandeiras Tarifárias.

Resultados de 2018

20. Outros passivos circulantes e não circulantes

Composição	Ref.	Circulante		Não circulante	
		2018	2017	2018	2017
Consumidores		144	127	-	-
Valores a repassar	(a)	1.278	1.091	-	-
Prêmios de seguros		154	12	-	-
Reembolsos do fundo da CDE	(b)	-	10.607	-	-
Receitas financeiras sobre depósitos para reinvestimento	(c)	-	-	268	199
Outros passivos		60	26	287	324
Total		1.636	11.863	555	523

- (a) Refere-se aos valores a repassar a terceiros decorrentes da arrecadação da Contribuição de Iluminação Pública - CIP e de outros valores;
- (b) O saldo em 2017 refere-se aos valores recebidos em montante superior aos descontos (subsídios) nas tarifas de energia elétrica e na tarifa de uso dos sistemas elétricos de distribuição concedidos para consumidores: (i) livres (carga fonte incentivada); (ii) de serviço público de água, esgoto e saneamento; (iii) rurais; (iv) irrigantes; e (v) residenciais classificados como de baixa renda. Os valores reconhecidos são compensados e/ou ajustados no processo tarifário subsequente da Companhia. No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia recebeu valores em montante inferior aos descontos concedidos (nota explicativa nº 11c); e
- (c) Refere-se à atualização monetária dos depósitos bancários para reinvestimento do IRPJ realizados junto ao Banco do Nordeste do Brasil S/A (nota explicativa nº 11b).

21. Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica

São obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica e representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e às subvenções destinadas a investimentos no serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição. As obrigações especiais são assim apresentadas:

Obrigações Especiais - R\$	Depreciação Taxa Média Anual	Custo Histórico	Reavaliação	Total
Em serviço	3,76%	46.916	52.499	99.415
Participação da União, Estados e Municípios		14.694	25.294	39.988
Participação Financeira do Consumidor		27.859	27.055	54.914
Ultrapassagem de demanda		1.428	-	1.428
Excedente de reativos		2.935	-	2.935
Outros		-	150	150
(-) Amortização Acumulada - AIS		(19.277)	(17.090)	(36.367)
Participação da União, Estados e Municípios		(5.457)	(7.455)	(12.912)
Participação Financeira do Consumidor		(13.361)	(9.620)	(22.981)
Ultrapassagem de demanda		(150)	-	(150)
Excedente de reativos		(309)	-	(309)
Outros		-	(15)	(15)
Em curso		204	-	204
Participação Financeira do Consumidor		204	-	204
Total		27.843	35.409	63.252

Resultados de 2018

A movimentação das obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica ocorrida no exercício é apresentada a seguir:

Obrigações Especiais - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2017	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2018	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Amortização Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2018	Valor Líquido em 31/12/2017
Em serviço	98.039	1.376	-	-	-	99.415	1.376	(36.367)	63.048	65.364
Participação da União, Estados e Municípios	39.807	181	-	-	-	39.988	181	(12.912)	27.076	28.390
Participação Financeira do Consumidor	53.719	1.195	-	-	-	54.914	1.195	(22.981)	31.933	32.767
Ultrapassagem de demanda	1.428	-	-	-	-	1.428	-	(150)	1.278	1.331
Excedente de reativos	2.935	-	-	-	-	2.935	-	(309)	2.626	2.736
Outros	150	-	-	-	-	150	-	(15)	135	140
(-) Amortização Acumulada - AIS	(32.675)	(1.735)	-	-	(1.957)	(36.367)	(1.735)	-	-	-
Participação da União, Estados e Municípios	(11.417)	(549)	-	-	(946)	(12.912)	(549)	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor	(20.952)	(1.018)	-	-	(1.011)	(22.981)	(1.018)	-	-	-
Ultrapassagem de demanda	(97)	(53)	-	-	-	(150)	(53)	-	-	-
Excedente de reativos	(199)	(110)	-	-	-	(309)	(110)	-	-	-
Outros	(10)	(5)	-	-	-	(15)	(5)	-	-	-
Em curso	-	204	-	-	-	204	204	-	204	-
Participação Financeira do Consumidor	-	204	-	-	-	204	204	-	204	-
Total	65.364	(155)	-	-	(1.957)	63.252	(155)	(36.367)	63.252	65.364

22. Patrimônio líquido

22.1 Capital social

Em 31 de dezembro de 2018, o capital social da Companhia era de R\$ 100.000 (R\$ 100.000 em 2017), composto por 4.734.629 ações, sem valor nominal, sendo 3.145.407 ações ordinárias (66,43%) e 1.589.222 ações preferenciais (33,57%), assim representados:

Espécie / Classe	Quantidade	2018	Quantidade	2017
		R\$		R\$
Ordinárias	3.145.407	66.434	3.145.407	66.434
Preferenciais	1.589.222	33.566	1.589.222	33.566
Total (a)	4.734.629	100.000	4.734.629	100.000
Valor patrimonial por ação (R\$)		28,86		27,27

22.2 Reservas de lucro

As reservas de lucro da Companhia possuem a seguinte composição:

Reservas de lucro	Ref.	2018	2017
Reserva legal	(a)	3.512	2.352
Reserva de incentivos fiscais	(b)	5.704	2.572
Reserva de retenção de lucros	(c)	12.220	6.070
Total		21.436	10.994

- (a) Reserva legal: constituída com 5% do lucro líquido do exercício deduzido das reservas de incentivo fiscal e lucros a realizar constituídas no período. A reserva legal está limitada a 20% do capital social, de acordo com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76. No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia constituiu o valor de R\$ 1.160 (R\$ 981 em 2017);

Resultados de 2018

- (b) Reserva de incentivos fiscais: corresponde ao direito à redução de 75% do imposto de renda e adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração, relativo aos municípios da região norte do Estado do Espírito Santo, integrantes da área de atuação da SUDENE. Inclui, ainda, o incentivo fiscal de redução de 30% do imposto de renda devido para reinvestimento, calculado sobre o lucro da exploração. A Companhia apurou no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 o valor de R\$ 3.132 (R\$ 2.198 em 2017), contabilizado no resultado do exercício e posteriormente transferido para a reserva de lucro, podendo ser utilizado somente para aumento de capital social ou para eventual absorção de prejuízos;
- (c) Reserva de retenção de lucros: constituída em conformidade com o artigo 196 da Lei nº 6.404/76, para viabilizar os Programas de Investimentos da Companhia, previstos nos orçamentos de capital submetidos e aprovados nas Assembleias Gerais Ordinárias. Em 2018, do lucro líquido do exercício, R\$ 8.623 foram destinados para a reserva de retenção de lucros (R\$ 6.070 em 2017).

22.3 Outros resultados abrangentes

Refere-se à reserva de reavaliação regulatória compulsória prevista na Resolução Normativa ANEEL nº 396/2010, cujos saldos estão assim representados:

Composição	Saldo
Reserva de reavaliação em 31 de dezembro de 2017	18.127
Realização da reserva em 2018	(4.419)
Efeito dos tributos sobre a realização da reserva em 2018	1.501
Reserva de reavaliação em 31 de dezembro de 2018	15.209

23. Receita operacional líquida

Receita operacional	Número de consumidores		MWh		R\$ mil	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Fornecimento de energia elétrica						
Fornecimento faturado						
Residencial	68.956	67.301	133.459	129.072	60.825	46.895
Industrial	1.286	1.986	57.777	79.219	26.786	29.402
Comercial, serviços e outros	8.710	8.389	81.979	78.895	38.128	29.333
Rural	31.655	31.217	147.396	147.408	31.853	24.760
Poder público	969	974	14.920	14.210	6.124	4.809
Iluminação pública	18	18	21.803	20.798	6.006	4.652
Serviço público	158	151	12.001	11.805	5.022	4.007
Consumo próprio	31	32	710	684	-	-
Total do fornecimento faturado	111.783	110.068	470.045	482.091	174.744	143.858
Fornecimento não faturado	-	-	-	-	329	323
Total do fornecimento de energia elétrica	111.783	110.068	470.045	482.091	175.073	144.181
Disponibilidade do sistema de distribuição - TUSD						
TUSD faturada - Consumidores cativos						
Residencial	-	-	-	-	49.184	43.231
Industrial	-	-	-	-	17.175	21.545
Comercial, serviços e outros	-	-	-	-	28.948	25.496
Rural	-	-	-	-	27.928	23.560
Poder público	-	-	-	-	5.335	4.643
Iluminação pública	-	-	-	-	4.651	4.001
Serviço público	-	-	-	-	3.429	3.173
TUSD faturada - Consumidores livres	11	7	36.881	16.471	7.449	2.985
Total da TUSD faturada	11	7	36.881	16.471	144.099	128.634
TUSD não faturada	-	-	-	-	434	795
Total da disponibilidade do sistema de distribuição - TUSD	11	7	36.881	16.471	144.533	129.429
Outras receitas operacionais						
Energia de curto prazo - CCEE (a)	-	-	-	-	7.807	14.762
Ativos e passivos financeiros setoriais	-	-	-	-	19.522	6.924
Serviços cobráveis	-	-	-	-	507	488
Subvenções vinculadas ao serviço concedido (b)	-	-	-	-	48.935	45.022
Total das outras receitas operacionais	-	-	-	-	76.771	67.196
Receita operacional bruta	111.794	110.075	506.926	498.562	396.377	340.806
(-) Deduções à receita operacional						
Tributos sobre a receita						
PIS	-	-	-	-	(6.732)	(5.631)
COFINS	-	-	-	-	(31.008)	(25.950)
ICMS	-	-	-	-	(69.524)	(59.739)
Total dos tributos sobre a receita	-	-	-	-	(107.264)	(91.320)
Encargos do consumidor						
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	-	-	-	-	(1.254)	(1.073)
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-	-	(1.254)	(1.073)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	-	-	(31.324)	(25.588)
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	-	-	-	-	(318)	(346)
Outros encargos do consumidor (c)	-	-	-	-	(4.211)	(6.862)
Total dos encargos do consumidor	-	-	-	-	(38.361)	(34.942)
Total das deduções à receita operacional	-	-	-	-	(145.625)	(126.262)
Receita operacional líquida	111.794	110.075	506.926	498.562	250.752	214.544

- (a) Os montantes de receitas/despesas faturados e/ou pagos pelas concessionárias que tiveram excedente/falta de energia, comercializados no âmbito da CCEE, foram informados pela mesma e referendados pela Companhia;
- (b) Refere-se aos descontos (subsídios) nas tarifas de energia elétrica e na tarifa de uso dos sistemas elétricos de distribuição concedidos para consumidores: (i) livres (carga fonte incentivada); (ii) de serviço público de água, esgoto e saneamento; (iii) rurais; (iv) irrigantes; e (v) residenciais classificados como de baixa renda; e
- (c) Refere-se aos valores que foram repassados pela Companhia à CCRBT com base no mecanismo de bandeiras tarifárias, conforme Resolução Normativa ANEEL nº 547, de 16 de abril de 2013 (nota explicativa nº 10vii).

24. Custos não gerenciáveis – Parcela “A”

Composição	2018		2017	
	MWh	R\$	MWh	R\$
Energia elétrica comprada para revenda	564.185	136.806	595.349	118.678
Suprimento de Energia Elétrica	564.185	150.332	595.349	129.976
Energia Bilateral	397.304	95.392	523.785	107.599
Energia de Leilão	23.878	4.355	-	-
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia - Proinfa	11.727	4.002	13.526	4.134
Energia de curto prazo - CCEE (a)	-	21.967	-	10.973
Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits - MCSD	41.078	8.599	63	19
Cota Angra I/Angra II - Decreto 4550/2002 / REN 530/12	8.668	2.150	4.334	982
Cotas de Garantia Física - Lei nº 12.783/2013	36.741	3.323	32.152	1.981
Energia de Itaipu - Decreto 4550/2002 / REN 770/17	44.789	10.544	21.489	4.288
(-) Créditos de Tributos Recuperáveis	-	(13.526)	-	(11.298)
PIS	-	(2.413)	-	(2.015)
Cofins	-	(11.113)	-	(9.283)
Encargos de transmissão, conexão e distribuição	-	32.160	-	21.296
Encargos de transmissão, conexão e distribuição	-	35.203	-	23.342
Encargos de Uso da Rede Elétrica	-	30.883	-	21.826
Transporte Itaipu	-	1.072	-	292
Encargos de Serviços de Sistema - ESS	-	1.859	-	1.224
Encargo de Energia de Reserva - EER	-	1.389	-	-
(-) Créditos de Tributos Recuperáveis	-	(3.043)	-	(2.046)
PIS	-	(543)	-	(365)
Cofins	-	(2.500)	-	(1.681)
Total	564.185	168.966	595.349	139.974

25. Custos gerenciáveis – Parcela “B”

Custos gerenciáveis - R\$	2018	2017
Pessoal e administradores (a)	26.162	25.371
Material	3.007	2.840
Serviços de terceiros	8.270	7.733
Depreciação e Amortização	10.378	10.269
Outras despesas (receitas) operacionais líquidas	7.147	5.404
Total	54.964	51.617

(a) As despesas com pessoal e administradores possuem o seguinte detalhamento:

Composição	2018	2017
Pessoal		
Remuneração	14.197	13.725
INSS	3.881	3.774
FGTS	1.458	1.633
Previdência privada	513	490
Outros benefícios	2.398	2.203
Subtotal	22.447	21.825
Administradores (Diretoria e Conselho)		
Honorários	2.784	2.658
INSS	557	531
FGTS	168	161
Previdência privada	206	196
Subtotal	3.715	3.546
Total	26.162	25.371

Resultados de 2018

26. Resultado financeiro

Resultado financeiro	Receita	Despesa	2018	2017
Resultado financeiro de operações com ativos e passivos financeiros setoriais				
Receita com atualização monetária de ativos financeiros setoriais	2.663	-	2.663	2.317
Despesa com atualização monetária de passivos financeiros setoriais	-	(1.100)	(1.100)	(2.328)
	2.663	(1.100)	1.563	(11)
Resultado financeiro de operações com capitais de terceiros				
Receita com derivativos - <i>Swap</i>	259	-	259	-
Receita com variação cambial	259	-	259	-
Encargos de dívidas - moeda nacional	-	(625)	(625)	(747)
Encargos de dívidas - moeda estrangeira	-	(260)	(260)	-
Encargos sobre operação de mútuo	-	(96)	(96)	-
Despesa com derivativos - <i>Swap</i>	-	(368)	(368)	-
	518	(1.349)	(831)	(747)
Resultado financeiro de operações com compra de energia elétrica				
Encargos de liquidação do MCP - CCEE	84	-	84	153
Receita com variação cambial	187	-	187	29
Encargos de liquidação do MCP - CCEE	-	(146)	(146)	(122)
Despesa com variação cambial	-	(419)	(419)	(54)
	271	(565)	(294)	6
Resultado financeiro de outras operações				
Receita com aplicações financeiras	725	-	725	2.889
Multas e acréscimos moratórios s/ energia vendida	5.220	-	5.220	3.889
Outras receitas financeiras	18	-	18	21
Atualização monetária dos programas de P&D e EE	-	(251)	(251)	(288)
Multas e acréscimos moratórios	-	(197)	(197)	(2.730)
Outras despesas financeiras	-	(16)	(16)	(18)
Juros sobre o capital próprio	-	(7.314)	(7.314)	(7.276)
	5.963	(7.778)	(1.815)	(3.513)
Resultado financeiro	9.415	(10.792)	(1.377)	(4.265)

27. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido são calculados com base nas alíquotas vigentes nas datas dos balanços, sendo 25% para o Imposto de Renda e 9% para a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. A composição da base de cálculo e dos saldos desses tributos é a seguinte:

Resultados de 2018

Composição - Legislação societária	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	2018	2017	2018	2017
Demonstração do cálculo dos tributos:				
Lucro contábil antes do IRPJ e CSLL	36.916	30.553	36.916	30.553
Juros sobre o capital próprio	(7.314)	(7.276)	(7.314)	(7.276)
Base de cálculo do IRPJ e CSLL	29.602	23.277	29.602	23.277
Alíquota do IRPJ e CSLL	15%	15%	9%	9%
IRPJ e CSLL às alíquotas da legislação	4.440	3.492	2.664	2.095
Base de cálculo do adicional do IRPJ	29.362	23.037		
Alíquota do adicional do IRPJ	10%	10%		
Adicional do IRPJ à alíquota da legislação	2.936	2.304		
Alíquota do IRPJ e adicional do IRPJ e CSLL	25%	25%	9%	9%
Total do IRPJ e CSLL às alíquotas da legislação	7.376	5.796	2.664	2.095
Ajustes ao lucro líquido que afetam o resultado fiscal do exercício:				
(+) Adições				
Doações e contribuições	8	54	3	20
Multas indedutíveis	120	120	-	-
Outras adições	276	38	99	13
	404	212	102	33
(-) Exclusões				
Incentivo fiscal SUDENE	(3.132)	(2.197)	-	-
Incentivo fiscal PAT	(22)	(22)	-	-
Doações dedutíveis	(10)	(30)	-	-
Outras exclusões	(65)	-	(225)	(160)
	(3.229)	(2.249)	(225)	(160)
IRPJ e CSLL no resultado do exercício - Legislação societária	4.551	3.759	2.541	1.968
Efeito dos tributos diferidos sobre as diferenças de práticas contábeis societárias e regulatórias	(1.039)	(1.143)	(373)	(412)
IRPJ e CSLL no resultado do exercício - Legislação regulatória	3.512	2.616	2.168	1.556

* Os dados apresentados para 2017 são referentes aos resultados antes da reapresentação das Demonstrações Contábeis Societárias.

Resultados de 2018

28. Contingências

A Companhia figura como parte passiva em processos judiciais que surgem no curso normal de suas operações, os quais incluem processos de natureza cível, fiscal e trabalhista.

Baseada na opinião de seus assessores jurídicos, que consideram a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, a Administração da Companhia julga não ser necessária a constituição de nenhuma provisão contábil, por não ser provável nenhuma saída de recursos.

As ações que envolvem risco de perda classificado pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, somam em 31 de dezembro de 2018 R\$ 3.018 (R\$ 882 em 2017), sendo (i) R\$ 592 de natureza trabalhista e (ii) R\$ 2.426 de natureza cível.

Para fazer frente a questões cíveis, a Companhia possui cobertura securitária para danos materiais, pessoais e morais causados a terceiros em decorrência das suas operações (nota explicativa nº 34).

Os depósitos judiciais registrados em 31 de dezembro de 2018 se referem a causas trabalhistas e somam R\$ 99 (R\$ 121 em 2017).

29. Conciliação do balanço patrimonial regulatório e societário

Para fins estatutários, a Companhia seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das demonstrações contábeis societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias, a saber:

Balanco Patrimonial

		2018			2017		
	Nota	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
		Reapresentado					
Ativo							
Ativo circulante							
Caixa e equivalentes de caixa		11.953	-	11.953	25.095	-	25.095
Consumidores		38.249	-	38.249	33.517	-	33.517
Concessionárias e permissionárias		371	-	371	-	-	-
Tributos compensáveis		515	-	515	2.215	-	2.215
Almoxarifado operacional		1.251	-	1.251	1.247	-	1.247
Ativos financeiros setoriais		25.772	-	25.772	6.414	-	6.414
Despesas pagas antecipadamente		302	-	302	347	-	347
Outros ativos circulantes		4.403	-	4.403	522	-	522
Total do ativo circulante		82.816	-	82.816	69.357	-	69.357
Ativo não circulante							
Tributos compensáveis		542	-	542	554	-	554
Depósitos judiciais e cauções		99	-	99	121	-	121
Outros ativos não circulantes		1.365	-	1.365	1.057	-	1.057
Ativo financeiro indenizável (concessão)	29.1	-	4.828	4.828	-	3.697	3.697
Intangível (concessão)	29.2	-	130.902	130.902	-	129.126	129.126
Imobilizado	29.3	209.151	(209.151)	-	212.464	(212.464)	-
Intangível	29.4	691	(691)	-	777	(777)	-
Total do ativo não circulante		211.848	(74.112)	137.736	214.973	(80.418)	134.555
Total do ativo		294.664	(74.112)	220.552	284.330	(80.418)	203.912
	Nota	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
		Reapresentado					
Passivo							
Passivo circulante							
Fornecedores		19.372	-	19.372	15.739	-	15.739
Empréstimos, financiamentos e debêntures		17.157	-	17.157	3.243	-	3.243
Obrigações sociais e trabalhistas		6.298	-	6.298	4.918	-	4.918
Tributos		10.056	-	10.056	9.448	-	9.448
Dividendos declarados e juros sobre o capital próprio		12.581	-	12.581	9.728	-	9.728
Encargos setoriais		6.335	-	6.335	6.249	-	6.249
Outros passivos circulantes		1.636	-	1.636	11.863	-	11.863
Total do passivo circulante		73.435	-	73.435	61.188	-	61.188
Passivo não circulante							
Empréstimos, financiamentos e debêntures		5.899	-	5.899	8.916	-	8.916
Tributos	29.5	14.878	(3.595)	11.283	19.218	(5.007)	14.211
Outros passivos não circulantes	29.6	555	(287)	268	523	(324)	199
Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica	29.7	63.252	(63.252)	-	65.364	(65.364)	-
Total do passivo não circulante		84.584	(67.134)	17.450	94.021	(70.695)	23.326
Total do passivo		158.019	(67.134)	90.885	155.209	(70.695)	84.514
Patrimônio líquido							
Capital social		100.000	-	100.000	100.000	-	100.000
Reservas de lucro	29.8	21.436	8.231	29.667	10.994	8.404	19.398
Outros resultados abrangentes	29.9	15.209	(15.209)	-	18.127	(18.127)	-
Total do patrimônio líquido		136.645	(6.978)	129.667	129.121	(9.723)	119.398
Total do passivo e do patrimônio líquido		294.664	(74.112)	220.552	284.330	(80.418)	203.912

Demonstração do Resultado do Exercício

		2018			2017		
	Nota	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Reapresentado							
Operações em continuidade							
Receita / Ingresso							
Fornecimento de energia elétrica		175.073	-	175.073	144.181	-	144.181
Energia elétrica de curto prazo		7.807	-	7.807	14.762	-	14.762
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição		144.533	-	144.533	129.429	-	129.429
Ativos e passivos financeiros setoriais		19.522	-	19.522	6.924	-	6.924
Serviços cobráveis		507	-	507	488	-	488
Doações, contribuições e subvenções vinculadas ao serviço concedido		48.935	-	48.935	45.022	-	45.022
Valor justo do ativo financeiro indenizável	29.10	-	147	147	-	(352)	(352)
Receita de construção	29.11	-	14.407	14.407	-	6.729	6.729
Outras receitas operacionais	29.12	-	2.240	2.240	-	3.084	3.084
Total da receita bruta		396.377	16.794	413.171	340.806	9.461	350.267
Tributos							
ICMS		(69.524)	-	(69.524)	(59.739)	-	(59.739)
PIS-PASEP	29.12	(6.732)	(31)	(6.763)	(5.631)	(40)	(5.671)
Cofins	29.12	(31.008)	(146)	(31.154)	(25.950)	(182)	(26.132)
ISS	29.12	-	(44)	(44)	-	(39)	(39)
Total dos tributos		(107.264)	(221)	(107.485)	(91.320)	(261)	(91.581)
Encargos - Parcela "A"							
Pesquisa e desenvolvimento - P&D		(1.254)	-	(1.254)	(1.073)	-	(1.073)
Programa de eficiência energética - PEE		(1.254)	-	(1.254)	(1.073)	-	(1.073)
Conta de desenvolvimento energético - CDE		(31.324)	-	(31.324)	(25.588)	-	(25.588)
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica – TFSEE		(318)	-	(318)	(346)	-	(346)
Outros encargos		(4.211)	-	(4.211)	(6.862)	-	(6.862)
Total encargos - Parcela "A"		(38.361)	-	(38.361)	(34.942)	-	(34.942)
Outras deduções da receita							
Penalidades contratuais e regulatórias	29.16	-	(246)	(246)	-	(168)	(168)
Total outras deduções da receita		-	(246)	(246)	-	(168)	(168)
Receita líquida / Ingresso líquido							
		250.752	16.327	267.079	214.544	9.032	223.576
Custos não gerenciáveis - Parcela "A"							
Energia elétrica comprada para revenda		(136.806)	-	(136.806)	(118.678)	-	(118.678)
Encargo de transmissão, conexão e distribuição		(32.160)	-	(32.160)	(21.296)	-	(21.296)
Custo de construção	29.11	-	(14.407)	(14.407)	-	(6.729)	(6.729)
Total custos não gerenciáveis - Parcela "A"		(168.966)	(14.407)	(183.373)	(139.974)	(6.729)	(146.703)
Resultado antes dos custos gerenciáveis							
		81.786	1.920	83.706	74.570	2.303	76.873
Custos gerenciáveis - Parcela "B"							
Pessoal e administradores		(26.162)	-	(26.162)	(25.371)	-	(25.371)
Material		(3.007)	-	(3.007)	(2.840)	-	(2.840)
Serviços de terceiros		(8.270)	-	(8.270)	(7.733)	-	(7.733)
Arrendamento e aluguéis		(1.178)	-	(1.178)	(1.171)	-	(1.171)
Seguros		(567)	-	(567)	(601)	-	(601)
Doações, contribuições e subvenções		(33)	-	(33)	(87)	-	(87)
Provisões		(819)	-	(819)	(150)	-	(150)
Perdas na alienação de bens e direitos		(73)	-	(73)	(22)	-	(22)
(-) Recuperação de despesas		522	-	522	383	-	383
Tributos		(731)	-	(731)	(1.457)	-	(1.457)
Depreciação e amortização	29.13	(10.378)	3.531	(6.847)	(10.269)	3.774	(6.495)
Gastos diversos	29.16	(4.891)	246	(4.645)	(4.448)	168	(4.280)
Outras receitas operacionais	29.12	2.018	(2.018)	-	2.806	(2.806)	-
Outras despesas operacionais	29.14	(1.395)	479	(916)	(657)	572	(85)
Total custos gerenciáveis - Parcela "B"		(54.964)	2.238	(52.726)	(51.617)	1.708	(49.909)
Resultado da atividade							
		26.822	4.158	30.980	22.953	4.011	26.964
Resultado financeiro							
Despesas financeiras	29.15	(10.792)	7.314	(3.478)	(13.563)	7.276	(6.287)
Receitas financeiras		9.415	-	9.415	9.298	-	9.298
Total do resultado financeiro		(1.377)	7.314	5.937	(4.265)	7.276	3.011
Resultado antes dos impostos sobre o lucro							
		25.445	11.472	36.917	18.688	11.287	29.975
Imposto de renda	29.5	(3.512)	(1.039)	(4.551)	(2.616)	(1.143)	(3.759)
Contribuição social	29.5	(2.168)	(374)	(2.542)	(1.556)	(412)	(1.968)
Participações e contribuições		(3.404)	-	(3.404)	(2.880)	-	(2.880)
Reversão dos juros sobre o capital próprio	29.15	7.314	(7.314)	-	7.276	(7.276)	-
Resultado líquido do exercício							
		23.675	2.745	26.420	18.912	2.456	21.368

Resultados de 2018

29.1 Ativo financeiro indenizável (concessão)

Os ajustes são decorrentes de contabilização na contabilidade societária de expectativa de direito incondicional da Companhia de receber caixa ao final da concessão a título de indenização pelos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços outorgados. Estes lançamentos na contabilidade societária foram realizados em atendimento ao disposto na ICPC 01 – Contratos de Concessão, mas que para fins de contabilidade regulatória tais práticas não são adotadas e desta forma, apresenta-se ajustes nesta conciliação de saldos contábeis societários e regulatórios.

29.2 Intangível (concessão)

Os ajustes são decorrentes de contabilização na contabilidade societária de expectativa de direito incondicional da Companhia de receber caixa dos usuários pelos serviços de construção do sistema de distribuição de energia elétrica e pelo uso de infraestrutura. Estes lançamentos na contabilidade societária foram realizados em atendimento ao disposto na ICPC 01 – Contratos de Concessão, mas que para fins de contabilidade regulatória tais práticas não são adotadas e desta forma, apresenta-se ajustes nesta conciliação de saldos contábeis societários e regulatórios.

29.3 Imobilizado

Os ajustes são decorrentes da não contabilização do ativo imobilizado vinculado à concessão do serviço público de energia elétrica na contabilidade societária. Na contabilidade societária, é reconhecida a expectativa de direito incondicional da Companhia de receber caixa ao final da concessão a título de indenização pelos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços outorgados, em atendimento ao disposto na ICPC 01 – Contratos de Concessão.

29.4 Intangível

Os ajustes são decorrentes da não contabilização do intangível vinculado à concessão do serviço público de energia elétrica na contabilidade societária. Na contabilidade societária, é reconhecida a expectativa de direito incondicional da Companhia de receber caixa dos usuários pelos serviços de construção do sistema de distribuição de energia elétrica e pelo uso de infraestrutura, em atendimento ao disposto na ICPC 01 – Contratos de Concessão.

29.5 Tributos

Os ajustes são oriundos da não contabilização dos tributos incidentes sobre a reserva de reavaliação do imobilizado na contabilidade societária, bem como dos tributos diferidos sobre o ativo financeiro indenizável que não são registrados na contabilidade regulatória.

29.6 Outros passivos não circulantes

Os ajustes são decorrentes da compensação, na contabilidade societária, do saldo da reserva para reversão com o saldo da rubrica Intangível (concessão), que é apresentado pelo seu valor líquido.

Resultados de 2018

Essa reserva para reversão, constituída até 31 de dezembro de 1971, representa o montante de recursos provenientes do fundo de reversão, os quais foram aplicados em projetos de expansão da Companhia, incidindo juros de 5% a.a. pagos mensalmente.

29.7 Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica

Os ajustes são decorrentes da compensação, na contabilidade societária, do saldo das Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica com o saldo da rubrica Intangível (concessão), que é apresentado pelo seu valor líquido.

29.8 Reservas de lucro

Os ajustes são decorrentes da não contabilização da reserva de lucros a realizar na contabilidade regulatória.

29.9 Outros resultados abrangentes

Os ajustes são decorrentes da não contabilização da reserva de reavaliação regulatória compulsória do imobilizado na contabilidade societária.

29.10 Valor justo do ativo financeiro indenizável

Os ajustes são decorrentes dos registros na contabilidade societária da atualização monetária do ativo financeiro da concessão.

29.11 Receita e custo de construção

Os ajustes são decorrentes da contabilização na contabilidade societária das receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica, cuja margem de construção adotada foi estabelecida como sendo igual à zero. Assim sendo, a receita de construção está representada pelo mesmo montante em custo de construção. Tais valores são de reconhecimento obrigatório pela ICPC 01 – Contratos de Concessão, não sendo adotadas, no entanto, para fins da contabilidade regulatória.

29.12 Outras receitas operacionais, PIS-PASEP, Cofins e ISS

Os ajustes são decorrentes da reclassificação, na contabilidade societária, das outras receitas operacionais e tributos incidentes sobre elas para a receita líquida, além da não contabilização, na contabilidade regulatória, dos impostos diferidos sobre o ativo financeiro indenizável.

29.13 Depreciação e amortização

Os ajustes são decorrentes da não contabilização na contabilidade societária da depreciação e amortização incidentes sobre a reserva de reavaliação regulatória compulsória do imobilizado e intangível na contabilidade regulatória.

Resultados de 2018

29.14 Outras despesas operacionais

Os ajustes são decorrentes da não contabilização na contabilidade societária, quando da baixa de bens, da parcela relativa à reavaliação compulsória do ativo imobilizado e intangível registrada na contabilidade regulatória.

29.15 Despesas financeiras e reversão dos juros sobre o capital próprio

Os ajustes são decorrentes da contabilização das despesas financeiras na contabilidade societária líquida dos juros sobre o capital próprio.

29.16 Penalidades contratuais e regulatórias

Os ajustes são decorrentes da contabilização, na contabilidade societária, das penalidades contratuais e regulatórias como redutoras da receita operacional, conforme CPC 47/IFRS 15.

29.17 Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório	2018	2017
Patrimônio líquido conforme contabilidade societária	129.667	119.398
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória:	6.978	9.723
Reserva de lucros a realizar - Diferença de VNR	(8.231)	(8.404)
Outros resultados abrangentes - Reserva de reavaliação regulatória	15.209	18.127
Patrimônio líquido regulatório	136.645	129.121

29.18 Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

Conciliação do lucro líquido societário e regulatório	2018	2017
Lucro líquido conforme contabilidade societária	26.420	21.368
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória:	(2.745)	(2.456)
Depreciação e amortização	(3.531)	(3.774)
Valor Justo do Ativo Financeiro Indenizável	(147)	352
Perdas na desativação de bens e direitos - reavaliação regulatória compulsória	(479)	(572)
Tributos diferidos	1.412	1.538
Lucro (prejuízo) líquido regulatório	23.675	18.912

30. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

(a) Considerações gerais

A administração dos instrumentos financeiros da Companhia é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas definidas pela Administração da Companhia.

A utilização de derivativos tem como propósito único a proteção e mitigação de riscos, de forma que é proibida a contratação de derivativos exóticos, alavancados ou com propósitos especulativos.

Resultados de 2018

A Companhia está exposta a diversos riscos financeiros, dentre os quais se destacam os riscos de mercado, de crédito e de liquidez.

O índice de endividamento no final do exercício é como segue:

	Ref.	2018	2017
Dívida	(a)	23.056	12.159
Caixa e equivalentes de caixa		(11.953)	(25.095)
Dívida líquida		11.103	(12.936)
Patrimônio líquido	(b)	136.645	129.121
Índice de endividamento líquido		0,08	(0,10)

(a) A dívida é definida como empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos (nota explicativa nº 15); e

(b) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital.

(b) Gestão de risco de mercado

Risco cambial

A Companhia, visando assegurar que oscilações nas taxas de câmbio não afetem seu resultado e fluxo de caixa, possuía em 31 de dezembro de 2018, operação de *hedge* cambial para a dívida em moeda estrangeira.

Risco de taxas de juros

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida que impactem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos ou os rendimentos das aplicações financeiras.

Dessa forma, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas.

(c) Gestão de risco de liquidez

O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade de a Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A gestão financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, desconcentração de vencimentos, diversificação de instrumentos financeiros e o *hedge* da dívida em moeda estrangeira.

O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos, com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes.

Havendo sobras de caixa, são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes com o objetivo de preservar a liquidez da Companhia.

Resultados de 2018

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia mantinha um total de aplicações no curto prazo de R\$ 9.277 (R\$ 22.359 em 2017).

A seguir são apresentados os fluxos de caixa não descontados contratados:

Passivos financeiros	2019	2020	2021	2022	2023	Acima de 5 anos
Não derivativos						
Fornecedores	19.372	-	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	17.048	2.452	1.397	1.043	640	367
Derivativos						
Swap cambial	109	-	-	-	-	-

(d) Gestão de risco de crédito

O risco de crédito refere-se à possibilidade de a Companhia incorrer em perdas devido ao não cumprimento de obrigações e compromissos pelas contrapartes.

Risco de crédito de contrapartes comerciais

A principal exposição a crédito é oriunda da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados de suas contrapartes comerciais.

Para reduzir esse risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume de contas a receber de clientes e realiza diversas ações de cobrança, realizadas em conformidade com a regulamentação do setor, para minimizar o risco de inadimplência.

Risco de crédito de instituições financeiras

Para as operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e derivativos, a Companhia procura mitigar o risco através da diversificação junto às instituições financeiras que possuam boa qualidade de crédito.

A seguir demonstramos a exposição total de crédito detida em ativos financeiros pela Companhia:

	2018	2017
Mensurados pelo custo amortizado		
Caixa e depósitos bancários à vista	2.676	2.736
Contas a receber de clientes e outros	38.620	33.517
Ativos financeiros setoriais	25.772	6.414
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado		
Aplicações financeiras de curto prazo	9.277	22.359

(e) Informações complementares sobre os instrumentos derivativos

A Companhia possui instrumentos derivativos com objetivo de proteção econômica e financeira contra risco cambial. O principal instrumento utilizado é o *swap*.

Resultados de 2018

A Companhia contratou operação de *swap* para converter para R\$ a dívida denominada em EUR. Nesse *swap*, a Companhia assumiu posição passiva em R\$ atrelado a taxa fixa e posição ativa em EUR atrelado a taxa fixa.

O quadro a seguir detalha a operação e as informações sobre esse tipo de instrumento, que inclui valor de referência (nacional), vencimento, valor justo e o efeito no resultado do exercício:

<i>Swap</i>	Contraparte	Início	Vencimento	Posição	Nacional EUR	Nacional R\$	Valor justo	Efeito acumulado no resultado	
					31/12/2018	31/12/2018	31/12/2018	2018	2017
Ativo	Itaú Unibanco S/A	05/10/2018	04/04/2019	100% EURO PTAX Venda + 0,60% a.a.	1.125	5.000	5.001	1	-
Passivo				9,52% a.a.	-	-	(5.110)	(110)	-
Total					1.125	5.000	(109)	(109)	-

Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos como ativos ou passivos no balanço patrimonial e mensurados a valor justo. Quando a transação for elegível e designada como *hedge accounting* de valor justo, o ganho ou a perda resultante da nova mensuração dos instrumentos derivativos pelo valor justo são reconhecidos no resultado.

(f) Análise de sensibilidade

A análise a seguir estima o valor potencial dos instrumentos financeiros em cenários hipotéticos de stress dos principais fatores de risco de mercado que impactam cada uma das posições, mantendo-se todas as outras variáveis constantes.

- Cenário provável: foram projetados os encargos e rendimentos para o exercício seguinte, considerando os saldos, as taxas de câmbio e/ou taxas de juros vigentes ao final do exercício.
- Cenário II: considera um choque de 25% nos fatores de risco em relação às taxas de mercado do cenário provável.
- Cenário III: considera um choque de 50% nos fatores de risco em relação às taxas de mercado do cenário provável.

Para os rendimentos das aplicações financeiras, os cenários II e III consideram uma redução de 25% e 50%, respectivamente, em relação ao cenário provável.

Para a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos, a Companhia entende que há necessidade de considerar os passivos objetos de proteção com exposição à flutuação das taxas de câmbio ou índices de preços e que se encontram registrados no balanço patrimonial.

Como 100% da dívida em moeda estrangeira está protegida por *swap*, o risco de variação da taxa de câmbio é irrelevante, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Operação	Moeda	Risco	Cotação	Exposição (Saldo/Nacional)	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
Dívida em euro	Euro (€)	Alta do euro	4,4390	(5.110)	(1.277)	(2.555)
<i>Swap</i> ponta ativa em euro				5.001	1.250	2.500
Exposição líquida				(109)	(27)	(55)

A tabela a seguir demonstra o efeito decorrente da variação das taxas de juros que poderá ser reconhecido no resultado da Companhia no exercício seguinte caso ocorra um dos cenários apresentados:

Resultados de 2018

Operação	Indexador	Risco	Taxa no exercício	Exposição (Saldo/Nocional)	Cenário provável	Cenário (II)	Cenário (III)
Ativos financeiros							
Aplicações financeiras	CDI	Queda do CDI	6,40%	9.277	594	(148)	(297)
Passivos financeiros							
Dívida em selic	Selic	Alta da selic	6,40%	(3.955)	(253)	(63)	(127)

31. Estimativa valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento. O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia.

Para a mensuração e determinação do valor justo, a Companhia utiliza vários métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado e de custo amortizado, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e contas a pagar a fornecedores estejam próximos aos seus valores contábeis.

Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo deverão ser classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

- (i) Nível 1: preços cotados sem ajustes em mercados ativos para instrumentos idênticos aos da Companhia;
- (ii) Nível 2: preços cotados com ou sem ajustes para ativos ou passivos similares com informações direta ou indiretamente em mercados ativos, exceto preços cotados incluídos no nível anterior; e
- (iii) Nível 3: ativos ou passivos com preços não observáveis no mercado.

O quadro a seguir apresenta os valores contábil e justo dos instrumentos financeiros e outros ativos e passivos da Companhia, assim como seu nível de mensuração, em 31 de dezembro de 2018 e 2017:

	Ref.	Nível	Valor contábil		Valor justo	
			2018	2017	2018	2017
Ativos financeiros (Circulante / Não circulante)			76.345	65.026	76.345	65.026
Custo Amortizado			67.068	42.667	67.068	42.667
Caixa e depósitos bancários à vista		2	2.676	2.736	2.676	2.736
Contas a receber de clientes e outros		2	38.620	33.517	38.620	33.517
Ativos financeiros setoriais		2	25.772	6.414	25.772	6.414
Valor justo por meio do resultado			9.277	22.359	9.277	22.359
Aplicações financeiras de curto prazo		2	9.277	22.359	9.277	22.359
Passivos financeiros (Circulante / Não circulante)			42.428	27.898	42.428	27.898
Custo amortizado			42.428	27.898	42.428	27.898
Fornecedores		2	19.372	15.739	19.372	15.739
Empréstimos e financiamentos	(a)	2	23.056	12.159	23.056	12.159

- (a) Para os empréstimos e financiamentos classificados e mensurados ao custo amortizado, a Companhia entende que, por se tratarem de operações bilaterais e não possuírem mercado ativo nem outra fonte similar com condições comparáveis às já apresentadas e que possam ser parâmetro à determinação de seus valores justos, os valores contábeis refletem o valor justo das operações.

32. Benefícios pós emprego

A Companhia é patrocinadora de planos de benefícios complementares de aposentadoria a empregados e diretores, exclusivamente, do tipo Contribuição Definida, os quais são mantidos pelo Bradesco (MultiBRA Fundo de Pensão), entidade fechada de previdência complementar.

Plano de Contribuição Definida é o plano de benefício pós-emprego pelo qual a entidade patrocinadora paga contribuições fixas a uma entidade separada (fundo de pensão), não tendo a obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para pagar todos os benefícios devidos.

De acordo com a Deliberação CVM nº 695/2012, a Companhia contabiliza os planos do tipo Contribuição Definida de forma direta, porque a obrigação da entidade patrocinadora relativa a cada exercício é determinada pelos montantes a serem contribuídos no período. Consequentemente, não são necessárias avaliações atuariais para mensurar a obrigação ou a despesa, e não há possibilidade de qualquer ganho ou perda atuarial.

Além disso, as obrigações são mensuradas em base não descontada, exceto quando não vençam completamente dentro de doze meses após o final do período em que os empregados prestam o respectivo serviço.

As contribuições da Companhia para o plano de benefícios complementares de aposentadoria a empregados e diretores somaram R\$ 719 em 2018 (R\$ 686 em 2017).

33. Transações com partes relacionadas

A Companhia mantém operações comerciais com parte relacionada pertencente ao mesmo grupo econômico, cujos saldos e natureza das transações estão demonstrados a seguir:

Parte relacionada	Tipo de transação	Ref.	Ativo / (Passivo)		Receita / (Despesa)		Vencimento
			2018	2017	2018	2017	
Santa Maria Participações S/A	Locação de imóveis	(a)	-	-	(1.111)	(1.104)	2020
Santa Maria Participações S/A	Prestação de serviços	(b)	-	-	(3.920)	(3.884)	2020
Santa Maria Participações S/A	Mútuo	(c)	(3.955)	-	(96)	-	2019
Total			(3.955)	-	(5.127)	(4.988)	

- (a) Contratos de locação de imóveis, corrigidos anualmente pelo IGP-M, destinados à sede administrativa e ao depósito de materiais da Companhia, anteriormente submetidos a anuência prévia da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e prorrogados nos termos da Resolução Normativa ANEEL nº 699/2016;
- (b) Contrato de prestação de serviços de leitura de medidores, entrega de contas, reavisos, corte e religação, anteriormente submetido à anuência prévia da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e prorrogado nos termos da Resolução Normativa ANEEL nº 699/2016; e
- (c) Contrato de mútuo pecuniário por meio de conta corrente, na modalidade de crédito rotativo, com encargos financeiros calculados com base na variação da taxa Selic, firmado nos termos da Resolução Normativa ANEEL nº 699/2016 (nota explicativa nº 15).

Resultados de 2018

Remuneração dos Administradores

O montante total de remuneração dos administradores da Companhia, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, é de R\$ 3.715 (R\$ 3.546 em 31 de dezembro de 2017), e refere-se aos valores registrados na contabilidade pelo regime de competência, incluídos neste montante os itens abaixo:

Administradores (Diretoria e Conselho)	2018	2017
Honorários	2.784	2.658
INSS	557	531
FGTS	168	161
Previdência privada	206	196
Total	3.715	3.546

A Companhia não mantém nenhum programa de remuneração baseada em ações aos seus empregados e/ou administradores.

34. Cobertura de seguros (Não auditado)

A Companhia mantém as seguintes coberturas de seguros, compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas, que são julgadas suficientes pela Administração para salvaguardar os ativos e negócios de eventuais sinistros:

Ramos	Ref.	Data de vencimento	Importância segurada	
			2018	2017
Risco operacional	(a)	28/08/2019	62.179	61.422
Responsabilidade civil geral	(b)	28/08/2019	1.800	1.800
Responsabilidade civil geral - danos morais	(c)	28/08/2019	360	360
Total			64.339	63.582

- (a) Cobertura securitária das subestações e demais equipamentos, bem como da sede administrativa e do depósito de materiais da Companhia;
- (b) Cobertura securitária para danos materiais e pessoais causados a terceiros em decorrência das operações da Companhia; e
- (c) Cobertura securitária para danos morais causados a terceiros em decorrência das operações da Companhia.

Adicionalmente, a Companhia mantém cobertura securitária da frota, garantindo aos terceiros envolvidos em sinistros cobertura de danos pessoais e/ou materiais incorridos.

O montante de despesas antecipadas apresentado em 31 de dezembro de 2018 está dividido nos seguintes ramos:

Ramos	2018	2017
Risco operacional	258	283
Responsabilidade civil	11	12
Frota	33	52
Total	302	347

Resultados de 2018

35. Compromissos de longo prazo

A Companhia possui compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia elétrica, como segue:

Contratos de compra de energia - R\$ mil							
Vigência	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Após 2025
2020 a 2054	112.066	67.436	67.436	67.436	71.329	71.329	1.911.436

Os valores acima representam o volume total contratado pelo preço corrente no final de dezembro de 2018, e foram homologados pela ANEEL.

36. Meio Ambiente

A Companhia pauta sua conduta pela conservação do meio ambiente e respeito à legislação ambiental.

Para conservar a biodiversidade e proteger o patrimônio natural encontrado em sua área de atuação, a Companhia desenvolve diversas ações de reflorestamento, monitoramento, execução e manutenção de aceiros e realização de atividades de educação ambiental.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, destacaram-se algumas ações voltadas para a sustentabilidade e a conservação ambiental na Companhia:

- (a) Implantação de um sistema para captação e reutilização da água das chuvas e dos aparelhos de ar condicionado na sede administrativa; e
- (b) Manutenção do programa de gerenciamento de resíduos, baseado nas técnicas recomendadas pelas normas vigentes e nos padrões estabelecidos pelos órgãos licenciadores.

* * *

DIRETORIA

Arthur Arpini Coutinho
Diretor-Presidente

Angelo Arpini Coutinho
Diretor Vice-Presidente

Angelo André Bosi
Diretor

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

Carlos Alberto Lima
Contador - CRC: ES/009263/O-2

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

Aos Acionistas e administradores
EMPRESA LUZ E FORÇA SANTA MARIA S.A
Colatina, ES.

Av. Nª Sª da Penha, 520 | 3º andar
Ed. Quintão – Praia do Canto
29055-131 – Vitória – ES

T: +55 (27) 3314 5610
T: +55 (27) 98147-2000

www.bakertillybr.com.br

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Empresa Luz e Força Santa Maria S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas pela administração com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa Luz e Força Santa Maria S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Sem modificar a nossa opinião, chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Empresa Luz e Força Santa Maria S.A a cumprir os requisitos da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis regulatórias e o relatório do auditor

Relatório da Administração

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis regulatórias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis regulatórias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança sobre as demonstrações contábeis regulatórias

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de

auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis regulatórias utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis regulatórias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Vitória, ES, 01 de março de 2019.



Wesley Cristian Marques
Contador CRC1ES009545/O-0
BAKER TILLY BRASIL-ES
Auditores Independentes
CRC2ES000289/O-5



Wladimir Firme Zanotti
Contador CRC1ES007326/O-5
BAKER TILLY BRASIL-ES
Auditores Independentes
CRC2ES000289/O-5